DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8143 • SÃO PAULO, 30 DE MAIO A 03 DE JUNHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Desemprego recua para 7,5% no trimestre terminado em abril

Economia Pág.04

Índice é o menor para o período desde 2014

Alcançando o menor patamar para o período desde 2014, a taxa de desemprego no trimestre encerrado em abril recuou para 7,5%, ante os 7,6% do trimestre móvel terminado em janeiro e os 8,5% verificados em igual período de 2023, segundo dados da Pnad Contínua do IBGE divulgados ontem, 29. A população desocupada, ou seja, quem não trabalhava e estava à procura de alguma ocupação, ficou em 8,2 milhões, sem variação significativa em relação ao trimestre anterior, mas 9,7% menor que o apontado no mesmo período de 2023, o que representa menos 882 mil desocupados. O número de trabalhadores ocupados chegou a 100,8 milhões, considerado estável em relação ao trimestre terminado em janeiro. Em relação a 12 meses atrás, houve alta de 2,8%, ou 2,8 milhões de pessoas com trabalho.

(Foto: José Paulo Lacerda/CNI)

O número de trabalhadores ocupados chegou ao recorde de 100,8 milhões.

Esportes Pág.07

Com Nelsinho Baptista no comando, Ponte Preta busca virada na Série B

Internacional Pág.05

Zelensky consegue novo apoio financeiro da UE, e Putin ameaça ocidente

Política Pág.03

Planalto discute reforma ministerial e nova estratégia de comunicação

Em vista de aumentar sua popularidade, o presidente Lula deve renovar a Esplanada dos Ministérios e rever sua estratégia de comunicação, afirmou ontem, 29, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). "Se estivesse tudo bem, o Lula estaria com seus 80% de aceitação. Não está tudo bem", disse o parlamentar.

Geral Pág.06

Meio milhão de cariocas passam fome, aponta estudo

O I Inquérito sobre a Insegurança Alimentar no Município do Rio de Janeiro – o Mapa da Fome da Cidade, apontou que 7,9% das casas na capital fluminense vivem algum tipo de insegurança alimentar e 489 mil pessoas passam fome.

Esportes Pág.07

Revolução no Barcelona: Hansi Flick assume o comando e Xavi deixa o clube

Contexto Jurídico Pág.10

Decisão do STF permite que Juizados Especiais tenham controle financeiro

Política Pág.03

Governo anuncia nova linha de crédito de R$ 15 bi para o setor privado do RS

(Foto: Ton Molina/Estadão Conteúdo)

Presidente Lula durante reunião para comunicar novas medidas de apoio à população e à reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul.

O governo federal anunciou a abertura de uma nova linha de financiamento de R$ 15 bilhões, via BNDES, para o setor privado do RS, devido ao desastre climático vivido pelo Estado. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, informou que também foi liberada a operação das cooperativas de crédito no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Política Pág.03

Senador do PT votou pela derrubada do veto de Lula na 'saidinha'

Economia Pág.04

IGP-M avança 0,89% em maio e acumula alta de 0,28% no ano

Leis e Projetos Pág.02

Comissão define regras para desconto progressivo em compras

Internacional Pág.05

Em alegação final, promotoria acusa Trump de tentar destruir democracia dos EUA

Medicina e Saúde Pág.11

Dia Mundial Sem Tabaco: saiba como o tabagismo afeta a saúde

Política Pág.03

Moraes defende regulamentação das redes ao deixar presidência do TSE

Meio Ambiente Pág.13

Desmatamento no Cerrado ultrapassa pela primeira vez o da Amazônia

BENEFÍCIOS DE UMA VIDA

SEM O CIGARRO

Parar de fumar vale a pena em qualquer momento da vida

QUANDO VOCÊ DEIXA DE FUMAR...

FONTE Ministério da Saúde, Inca, OMS — INFOGRAFFO

Economia Pág.04

Massa salarial tem recorde histórico, com alta de 7,9%

Com alta de 7,9% no trimestre encerrado em abril ante o mesmo período de 2023, a massa salarial em circulação na economia cresceu R$ 23,046 bilhões no período de um ano, para o nível recorde de R$ 313,137 bilhões. Ante o trimestre terminado em janeiro de 2024, a massa de renda real avançou 1,1%, ou R$ 3,296 bilhões.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

ESPORTES

Campeã de hipismo morre aos 37 anos após sofrer acidente em competição
https://shre.ink/81zg

Esportes Pág.07

Do pódio para as redes: Carol Gattaz se destaca como influencer do Time Brasil em Paris-2024

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,38%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,33%
TR pré	0,09090%
Taxa básica financeira - TBF	0,8015%
Ibovespa (pontos)	122.707
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,08%
CDB pré 90 dias - ano	10,07%
CDI acumulado - mês	0,75%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,2080/R$ 5,2080
Dolar turismo	R$ 5,2320/R$ 5,4120
Euro turismo	R$ 5,6250/R$ 5,6260

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Câmara aprova acordo entre Brasil e Arábia Saudita sobre concessão de vistos de turismo e negócios

A Câmara dos Deputados aprovou, segunda-feira (27) o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 463/22, que contém o acordo entre Brasil e Arábia Saudita sobre a concessão de vistos de visita para cidadãos de ambos os países. O texto foi aprovado em Plenário e será enviado ao Senado.

Segundo o acordo, ambos os países concederão aos cidadãos da outra parte vistos com múltiplas entradas e de finalidade exclusiva de visita (turismo ou negócios).

O prazo de validade do visto será de até cinco anos e para um período autorizado de estada de até 90 dias, dentro de um total de 180 dias por ano, desde que o solicitante do visto apresente passaporte válido.

Incentivo ao turismo - Para o deputado Diego Coronel (PSD-BA), relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o acordo "fortalece as relações entre os países e seus nacionais e facilita a movimentação de seus cidadãos, estimulando o turismo".

Do acordo estão excluídos os vistos de imigração, trabalho e outros de finalidade religiosa, como a hajj (peregrinação com data anual estipulada dos fiéis maometanos a Meca) ou a umrah (peregrinação à grande mesquita, em Meca, que pode ser feita por muçulmanos em qualquer período do ano).

A taxa consular prevista é de 80 dólares (atualmente cerca de R$ 440), respeitado o princípio da reciprocidade.

Cultura aprova proibição de condenado lucrar sobre obra baseada no crime praticado

O Projeto de Lei 5912/23, aprovado pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, visa proibir que pessoas condenadas lucrem com a produção de obras intelectuais relacionadas aos crimes que cometeram. Vamos explorar os detalhes dessa proposta:

1. Proibição de lucro por condenados:

• O projeto estabelece que os condenados não poderão receber valores decorrentes da criação, distribuição ou comunicação ao público de obras intelectuais relacionadas aos crimes que cometeram. Se o condenado já tiver recebido algum valor, a vítima ou seus herdeiros poderão requerer esse montante, além de danos morais, independentemente de outras reparações já realizadas pelos prejuízos decorrentes da infração penal.

2. Segurança jurídica e moralidade:

• A relatora, deputada Bia Kicis (PL-DF), considera que tanto o projeto quanto a sugestão do deputado José Medeiros (PL-MT) têm mérito.

• Essas medidas buscam criar segurança jurídica e evitar que obras culturais lucrem com os resultados de crimes, preservando a moralidade e os direitos humanos das vítimas e suas famílias.

3. Inspiração na legislação americana:

• O autor da proposta, deputado Altineu Côrtes (PL-RJ), se baseou nas chamadas "Son of Sam Laws" dos Estados Unidos. Essas leis permitem que o Estado receba todo o dinheiro arrecadado pelo criminoso durante cinco anos, com o objetivo de compensar as famílias das vítimas. O nome da lei americana faz referência a David Berkowitz, um assassino serial que deixou um bilhete assinado como "Son of Sam". Ele ganhou muito dinheiro após lançar um livro detalhando seus crimes.

4. Próximos passos:

• O projeto ainda será analisado em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

PL permite que trabalho doméstico seja contabilizado para redução de pena de presas

O Projeto de Lei 1028/24 propõe alterações na Lei de Execução Penal para permitir que o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado sejam considerados na redução do tempo de cumprimento de pena para mulheres condenadas. Essa iniciativa visa reconhecer e valorizar atividades laborais não remuneradas, especialmente aquelas realizadas por mulheres.

Aqui estão os principais pontos do projeto:

1. Redução de pena por trabalho ou estudo:

• A lei atual já garante ao condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto o direito à redução de pena com base no trabalho ou estudo.

• As proporções atuais são:

• Um dia de pena a cada três dias de trabalho.

• Um dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar.

2. Ampliação do conceito de trabalho:

• A autora da proposta, deputada Erika Hilton (Psol-SP), argumenta que o conceito de trabalho muitas vezes é restritivo. Atividades desenvolvidas predominantemente por mulheres no ambiente doméstico não são consideradas para a redução das penas.

• O sistema judiciário costuma levar em conta apenas empregos formais com carteira de trabalho, ignorando atividades informais.

3. Reconhecimento do serviço doméstico:

• O projeto busca reconhecer o serviço doméstico como uma forma válida de trabalho para fins de redução de pena.

• Isso representa um passo importante na valorização dessas atividades laborais não remuneradas.

4. Estabelecimento de carga horária presumida:

• O texto estabelece, de forma presumida, 8 horas diárias de trabalho doméstico para fins de redução da pena.

5. Próximos passos:

• O projeto será analisado pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

• Posteriormente, seguirá para o Plenário da Câmara para votação.

Comissão aprova regras para desconto em produto pela quantidade de itens adquiridos

"A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou o Projeto de Lei 2879/23, que estabelece diretrizes para a oferta de descontos ou outras vantagens com base na quantidade de itens idênticos adquiridos pelos consumidores.

De acordo com a proposta em análise na Câmara dos Deputados, os fornecedores devem seguir as seguintes condições:

• A informação sobre o desconto ou outra vantagem deve ser apresentada de forma destacada, clara e legível.

• Quando for utilizado um sistema de leitura ótica ou similar para registrar a compra, a informação sobre o desconto deve ser exibida no momento do registro do produto no caixa, de maneira clara e visível ao consumidor.

• Essa informação também deve constar no cupom fiscal.

O relator do projeto, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), destaca que essa medida visa trazer mais transparência às relações de consumo, especialmente nos estabelecimentos de atacado e varejo. "As diretrizes garantem que o consumidor tenha acesso às informações necessárias para tomar decisões de compra mais conscientes", afirmou. Além disso, a apresentação clara dessas informações facilita a fiscalização por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Duarte Jr.: projeto traz transparência para relações de consumo.

O autor do projeto, deputado Bibo Nunes (PL-RS), ressalta que os descontos baseados na quantidade podem ser benéficos para os consumidores que compram em grandes quantidades, mas muitas vezes as regras não são transparentes.

Essas medidas serão incorporadas à Lei 10.962/04, que trata da oferta e forma de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

Os próximos passos incluem a análise conclusiva pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania."

Projeto prevê passe livre em transporte público e isenção de impostos para pessoas transplantadas

(Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados)

O autor da proposta, deputado Marcos Tavares.

O Projeto de Lei 1387/24 tem como objetivo oferecer passe livre no transporte público e isenção de impostos para pessoas que passaram por transplantes de órgãos. Essa iniciativa, que está sendo analisada pela Câmara dos Deputados, visa melhorar a qualidade de vida dos transplantados, proporcionando-lhes mais facilidade de locomoção e aliviando a carga financeira.

A seguir, detalho os principais pontos do projeto:

1. Passe livre no transporte público:

• Os beneficiários terão direito ao passe livre em todos os meios de transporte público coletivo municipal e intermunicipal.

• Para obter o benefício, será necessário apresentar um laudo médico que comprove a realização do transplante, além de um documento de identidade.

2. Isenção de impostos:

• Os transplantados serão isentos de quatro impostos:

• IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)

• ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

• IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)

• IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)

• A renúncia fiscal decorrente dessa isenção será coberta por receitas dos fundos específicos de cada tributo.

3. Justificativa e impacto:

• Os pacientes que passam por transplantes enfrentam desafios significativos, incluindo a necessidade constante de acompanhamento médico e o uso contínuo de medicamentos imunossupressores, que podem ser financeiramente onerosos.

• A proposta busca aliviar parte dessas dificuldades, proporcionando mais acessibilidade e apoio financeiro aos transplantados.

4. Próximos passos:

• O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Saúde, Viação e Transportes, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania . Esperamos que essa medida contribua para uma maior inclusão e bem-estar dessas pessoas tão importantes para nossa sociedade.

Proposta impõe assinatura física de idoso para autorizar desconto de empréstimo na folha de pagamento

O Projeto de Lei 1448/24 tem como objetivo oferecer passe livre no transporte público e isenção de impostos para pessoas que passaram por transplantes de órgãos. Essa iniciativa, que está sendo analisada pela Câmara dos Deputados, visa melhorar a qualidade de vida dos transplantados, proporcionando-lhes mais facilidade de locomoção e aliviando a carga financeira.

A seguir, detalho os principais pontos do projeto:

1. Passe livre no transporte público:

• Os beneficiários terão direito ao passe livre em todos os meios de transporte público coletivo municipal e intermunicipal.

• Para obter o benefício, será necessário apresentar um laudo médico que comprove a realização do transplante, além de um documento de identidade.

2. Isenção de impostos:

• Os transplantados serão isentos de quatro impostos:

• IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)

• ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

• IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)

• IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)

• A renúncia fiscal decorrente dessa isenção será coberta por receitas dos fundos específicos de cada tributo.

3. Justificativa e impacto:

• Os pacientes que passam por transplantes enfrentam desafios significativos, incluindo a necessidade constante de acompanhamento médico e o uso contínuo de medicamentos imunossupressores, que podem ser financeiramente onerosos.

• A proposta busca aliviar parte dessas dificuldades, proporcionando mais acessibilidade e apoio financeiro aos transplantados.

4. Próximos passos:

• O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Saúde, Viação e Transportes, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania. Esperamos que essa medida contribua para uma maior inclusão e bem-estar dessas pessoas tão importantes para nossa sociedade.

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

O deputado David Soares, autor da proposta.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNDAÇÃO VANZOLINI
TIRAGEM AUDITADA
ANATEC

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Empresas gaúchas terão nova linha de crédito de R$ 15 bilhões do BNDES, anuncia governo

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, anunciou, ontem, 29, uma nova linha de financiamento de R$ 15 bilhões, via Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), para o setor privado do Rio Grande do Sul. Segundo Durigan, também foi liberada a operação das cooperativas de crédito no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O governo faz um ajuste no Pronampe por meio de medida provisória para que cooperativas com relacionamento capilarizado com as empresas no Estado também possam operar no programa.

Além disso, Durigan afirmou que haverá um aporte de R$ 600 milhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para garantia de operações de crédito rural a pequenos e médios agricultores.

No BNDES, são três modalidades de financiamento, com juros subsidiados: para a compra de máquinas, equipamentos e serviços; projetos customizados de empreendimentos, incluindo obras de construção civil; e capital de giro emergencial.

(Foto: José Cruz/Agência Brasil)

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Na primeira modalidade, a taxa de juros será de 1% ao ano, mais um spread bancário. São 60 meses de prazo e um ano de carência.

Na segunda linha, a taxa é de 1% ao ano com spread bancário, com um prazo maior de 120 meses e dois anos de carência.

Já no caso do capital de giro emergencial, o custo base é de 4% ao ano para micro, pequenas e médias empresas, e 6% ao ano para grandes empresas, mais o spread bancário. O prazo é de 60 meses, com carência de um ano.

A informação veio durante o anúncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de novas medidas ao Rio Grande do Sul, ontem.

Líder do governo Lula defende reforma ministerial e nova estratégia de comunicação

(Foto: Bruno Spada/Agência Câmara)

O líder do governo na Câmara, José Guimarães, fez o diagnóstico ruim para o governo mesmo antes da sessão dos vetos.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE) afirmou que o presidente Lula deve renovar a Esplanada dos Ministérios e rever sua estratégia de comunicação se quiser aumentar sua popularidade. Em entrevista na Câmara antes das derrotas na análise dos vetos, Guimarães admitiu que o governo enfrenta problemas de aceitação na população.

"Nós temos que evitar, em qualquer governo, a acomodação e a sensação de que está tudo bem. Se estivesse tudo bem, o Lula estava com seus 80% de aceitação. Não está tudo bem", disse o parlamentar.

Desde a demissão de Jean Paul Prates da presidência da Petrobras e da transferência do ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, para o cargo de ministro extraordinário da reconstrução do Rio Grande do Sul, os governistas têm discutido uma reforma ministerial.

O presidente já disse que planeja dar um "chacoalhão" no governo. O presidente quer uma guinada na comunicação para se aproximar da classe média, dos evangélicos e do agronegócio, setores onde enfrenta maior rejeição.

Guimarães avalia que a queda de popularidade do governo ainda é um reflexo da polarização política. "Não é desgaste. É a manutenção da mesma toada que tivemos na eleição. Nós temos que avançar", afirmou.

Por isso, o Planalto precisa considerar uma nova tática comunicacional para alcançar o eleitorado, segundo ele. A estratégia, entretanto, não significaria a demissão de Pimenta. "Tem tempo ainda para reformular muitas coisas. Eu acho que dá tempo da gente reverter isso para Lula chegar a um índice de aceitação grande em 2026", declarou o congressista.

Para isso, ele defende que o governo se empenhe em desmontar as redes de desinformação construídas pela oposição e demonstre os feitos da gestão. "Não podemos nos dar ao luxo de errar. O País é 50% com nós e 50% com eles", disse.

Ao deixar TSE, Moraes cobra regulamentação das redes sociais

Ao discursar na sua última sessão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes voltou a defender a regulamentação das redes sociais e deu recados para o Congresso e Executivo. "Não é possível admitirmos que haja continuidade no número massivo de desinformação, anabolizada pela inteligência artificial. Não é mais possível que toda a sociedade e demais Poderes aceitem essa continuidade sem regulamentação mínima", afirmou.

Moraes destacou que, na sua gestão, o TSE avançou no combate à desinformação nas eleições de 2022, na jurisprudência e nas resoluções para o pleito municipal deste ano. De acordo com ele, a Justiça Eleitoral continuará a combater "essa verdadeira lavagem cerebral feita por algoritmos não transparentes e, em alguns casos, viciados".

"Tenho absoluta certeza que TSE está em ótimas mãos", disse Moraes em relação à ministra Cármen Lúcia, que o sucederá na presidência do tribunal.

(Foto: Alejandro Zambrana/Secom/TSE)

Presidência da Corte Eleitoral ficará com a ministra Cármem Lucia.

O ministro ainda disse que sua gestão contribuiu para um legado de "fortalecimento, garantia e permanência da democracia" e que, diante de ataques à democracia, "a população brasileira saiu vencedora" e acreditou nas urnas. "Aqui no Brasil, nós mostramos que é possível reagir a novo populismo digital extremista que pretende solapar as bases da democracia", disse.

Senador do PT votou contra veto de Lula na 'saidinha': benefício 'não é razoável'

O único senador do PT que votou a favor da derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no projeto de lei sobre à "saidinha" temporária de presos, Fabiano Contarato (ES) disse que não apoiou a decisão do petista porque "não acha razoável" a quantidade de benefícios já existentes aos presidiários. Segundo ele, os benefícios passam "a certeza de impunidade" para famílias de vítimas por homicídio. Nesta terça-feira, 28, o Congresso Nacional rechaçou o corte do chefe do Executivo ao texto, que buscou abrir uma brecha para permitir permissão de visita de presos aos parentes.

Contarato afirmou que a quantidade de benefícios existentes na Lei de Execução Penal e no Código Penal "não é razoável". "Passa para as famílias das vítimas de qualquer crime não a sensação, mas a certeza de impunidade. Por isso que votei pela derrubada do veto", disse Contarato.

"Vamos considerar que uma pessoa, então, foi condenada a 9 anos. Com um sexto ela já sai para o regime aberto. A cada três dias que trabalha ela ganha um, por remição da pena de trabalho, e com um terço da pena hoje ela já sai de vez do livramento condicional", disse o senador.

"A pessoa já tem inúmeros benefícios, tanto no Código Penal quanto na Lei de Execução Penal, e com a saída temporária de forma indiscriminada, 35 dias em cinco vezes por ano.

Concurso TSE Unificado tem 395 vagas e salários de até R$ 13,9 mil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou na última quarta-feira, 29, o edital do concurso unificado da Justiça Eleitoral. Está previsto o preenchimento de 395 vagas, além de formação de cadastro reserva, com salários de até R$ 13.994,78. O período de inscrição começa na próxima terça-feira, 4 de junho, a partir das 10h, e vai até 18 de julho, às 18h. A aplicação das provas está prevista para o dia 22 de setembro.

A inscrição será realizada por meio do site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), banca organizadora do exame. Para o cargo de analista judiciário, que possui 126 vagas, a taxa de inscrição é de R$ 130; para o de técnico judiciário, com 269 vagas, o valor é de R$ 85.

É possível pedir isenção da taxa de inscrição, mediante condições previstas no edital. Cada cargo possui áreas de atuação e especialidade distintas e, no total, o concurso do TSE prevê 21 opções de carreira.

O concurso é unificado por reunir, em um só certame, vagas para tribunais da Justiça Eleitoral em todo País. Os cargos serão distribuídos para a sede do TSE, em Brasília, e para os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Somente o TRE do Tocantins, que já tem concurso público em andamento, não foi contemplado.

Conforme resolução do TSE do ano passado, está prevista a reserva de 20% das vagas para pessoas negras, 10% para pessoas com deficiência e 3% para pessoas indígenas.

Confira os cargos e remunerações iniciais:

- Analista judiciário, área administrativa. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área administrativa, especialidade contabilidade. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de arquitetura. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de arquivologia. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de biblioteconomia. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de enfermagem. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de engenharia civil. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de engenharia elétrica. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de engenharia mecânica. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de estatística. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de medicina (clínica médica). Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de medicina (psiquiatria). Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de medicina do trabalho. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade odontologia. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de psicologia. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de serviço social. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade de tecnologia da informação. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Analista judiciário, área judiciária. Remuneração inicial: R$ 13.994,78;
- Técnico judiciário, área administrativa. Remuneração inicial: R$ 8.529,65;
- Técnico judiciário, área administrativa, especialidade agente de polícia judicial. Remuneração inicial: R$ 8.529,65, acrescida de R$ 1.243,91 (Gratificação de Atividade de Segurança - GAS), totalizando R$ 9.773,56;
- Técnico judiciário, área apoio especializado, especialidade de programação de sistemas. Remuneração inicial: R$ 8.529,65;

Para mais informações, consulte o edital completo do concurso unificado da Justiça Eleitoral.

Kássio falta à despedida de Moraes e só 3 ministros próximos comparecem no plenário

O ministro Kássio Nunes Marques não compareceu à sessão de despedida de Alexandre de Moraes como ministro e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A assessoria da Corte não soube informar o motivo. A presidência do tribunal será assumida pela ministra Cármen Lúcia na próxima segunda-feira, dia 3.

Na sessão desta quarta-feira, 29, compareceram ao plenário somente os três ministros mais alinhados a Moraes - Cármen Lúcia, Floriano Azevedo Marques, que é seu amigo pessoal, e André Ramos Tavares. Os ministros Raul Araújo e Isabel Galloti participaram por videoconferência.

A cadeira de ministro de Moraes será ocupada por André Mendonça - que, assim como Nunes Marques, foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Com isso, a ala mais próxima de Moraes passará a ser minoria na Corte.

Moraes recebeu homenagens de Cármen, do procurador-geral da República Paulo Gonet, do representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sidney Sá das Neves, e do presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade), Marcelo Ribeiro. O principal ponto das falas foi a atuação de Moraes na preservação da democracia.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Haddad diz ao 'Le Monde' acreditar em crescimento médio anual de 3% durante mandato de Lula

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirma ao Le Monde acreditar que o Brasil pode conseguir um crescimento anual médio de 3% durante o mandato do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que termina em 2027.

Em entrevista ao jornal francês publicada ontem, 29, ele comenta que "nosso dinamismo é subestimado pela maioria dos analistas" e recorda previsões fracas sobre 2023 que não se concretizaram.

Haddad foi questionado sobre os efeitos das inundações no Rio Grande do Sul na economia brasileira. Segundo ele, trata-se de "um golpe duro", pois o Estado responde por 8% da riqueza nacional e é um grande produtor agrícola e industrial.

Ele afirma que o governo federal está determinado a que não falte nada para a reconstrução, qualificando o quadro como "um oceano de desafios".

O ministro ainda diz que o atual governo recebeu a "herança da tragédia econômica dos anos do presidente Jair Bolsonaro", com inflação alta e crescimento fraco.

Contas públicas têm superávit de R$ 6,7 bilhões em abril

As contas públicas fecharam o mês de abril com saldo positivo, resultado principalmente do superávit do governo federal, que teve arrecadação recorde no mês passado. O setor público consolidado - formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais - registrou superávit primário de R$ 6,688 bilhões no mês de abril. O valor, entretanto, é menor que o resultado positivo de R$ 20,324 bilhões registrado no mesmo mês de 2023.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas ontem (29) pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Nos quatro primeiros meses do ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R$ 61,320 bilhões. Em 12 meses - encerrados em abril - as contas acumulam déficit primário de R$ 266,506 bilhões, o que corresponde a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Em 2023, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R$ 249,124 bilhões, 2,29% do PIB.

Em abril último, a conta do Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve superávit primário de R$ 8,762 bilhões ante resultado positivo de R$ 16,886 bilhões em abril de 2023.

IGP-M: índice usado no reajuste do aluguel sobe 0,89% em maio

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conhecido como "inflação do aluguel", subiu 0,89% em maio, registrando uma aceleração em relação ao mês anterior, quando apresentou taxa de 0,31%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 0,28% no ano e queda de 0,34% nos últimos 12 meses. Em maio de 2023, ele tinha registrado taxa de -1,84% no mês e acumulava queda de 4,47% em 12 meses anteriores. O IGP-M é calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre).

Em maio, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu 1,06%, uma expressiva aceleração em relação ao comportamento observado em abril, quando registrou alta de 0,29%. O grupo de Bens Finais variou 0,06% em maio, uma variação superior a taxa de -0,13% registrada no mês anterior.

Esse acréscimo foi impulsionado principalmente pelo subgrupo de alimentos processados, cuja taxa passou de -0,39% para 1,07%, no mesmo intervalo. Além disso, o índice correspondente a bens finais, que exclui os subgrupos de alimentos in natura e combustíveis para consumo, variou de 0,05% em abril para 0,50% em maio.

A taxa do grupo Bens Intermediários subiu 1,03% em maio, intensificando a alta observada no mês anterior, quando registrou 0,72%. O principal fator que influenciou esse movimento foi o subgrupo de materiais e componentes para a manufatura, cuja taxa passou de 0,85% para 1,44%.

Vendas do Tesouro Direto somaram R$ 5,72 bilhões em abril

As vendas de títulos públicos do Tesouro Direto a pessoas físicas somaram R$ 5,72 bilhões em abril, divulgou ontem (29) o Tesouro Nacional. As aplicações de até R$ 1 mil representaram 54,2% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R$ 7.924,18. No período, os resgates somaram R$ 3,51 bilhões, resultando em emissão líquida de R$ 2,20 bilhões.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os indexados à inflação, o Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, Tesouro RendA+ e Tesouro Educa+, que somaram R$ 3 bilhões em vendas, o que corresponde a 52,4% do total de títulos vendidos.

Os títulos corrigidos pela Selic (juros básicos da economia), somaram 38,6% das vendas, totalizando R$ 2,2 bilhões, enquanto os títulos prefixados, o Tesouro Prefixado e o Tesouro Prefixado com Juros Semestrais, totalizaram R$ 517 milhões, 9% do total.

Segundo o Tesouro, os destaques ficaram para os novos títulos como o Tesouro RendA+, destinados ao financiamento de aposentadorias com R$ 207,6 milhões em vendas, correspondendo a 3,9% do total, e o Tesouro Educa+, criado em agosto do ano passado e voltado para quem pretende financiar uma poupança para o ensino superior, que somou R$ 62,1 milhões, correspondendo a 1,2% das vendas.

Nos resgates antecipados, predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R$ 2,18 bilhões, equivalente a 62% do total de recompras. Os títulos remunerados por índices de preços, como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) e juros semestrais, totalizaram R$ 978,2 milhões, correspondendo a 27,8% do total. Já os prefixados, somaram R$ 354,3 milhões (10,1%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre 1 e 5 anos, que alcançaram 42,2% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 32,8%, enquanto os títulos com vencimento de 5 a 10 anos corresponderam a 25,1% do total.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 136,5 bilhões no fim de abril, aumento de 2,5% em relação ao mês anterior, de R$ 133,3 bilhões.

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque, somando R$ 67,2 bilhões, ou 49,2% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R$ 51,1 bilhões (37,4%), e os títulos prefixados, que somaram R$ 18,2 bilhões, com 13,3% do total.

Taxa de desemprego fica em 7,5%, a menor para o trimestre desde 2014

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em abril ficou em 7,5%, o menor para o período desde 2014. O índice é considerado estável em relação ao trimestre móvel terminado em janeiro de 2024 (7,6%) e 1 ponto percentual (p.p) abaixo do apurado no mesmo período de 2023 (8,5%).

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada ontem (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Pnad apura todas as formas de ocupação de pessoas a partir de 14 anos de idade, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

A população desocupada, ou seja, quem não trabalhava e estava à procura de alguma ocupação, ficou em 8,2 milhões, sem variação significativa em relação ao trimestre móvel encerrado em janeiro de 2024, porém 9,7% menor que o apontado no mesmo período de 2023. Isso representa menos 882 mil desocupados.

O número de trabalhadores ocupados chegou a 100,8 milhões, considerado estável em relação ao trimestre terminado em janeiro de 2024. Em relação a 12 meses atrás, houve acréscimo de 2,8%, o que representa mais 2,8 milhões de pessoas com trabalho.

(Foto: EBC)

A população desocupada, ou seja, quem não trabalhava e estava à procura de alguma ocupação, ficou em 8,2 milhões, sem variação significativa em relação ao trimestre móvel encerrado em janeiro.

De acordo com a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, o cenário do emprego no país vem apresentando resultados positivos. "É um mercado de trabalho que segue com redução na taxa de desocupação e expansão no número de trabalhadores", afirma. Ela cita dois elementos sazonais no trimestre encerrado em abril que explicam a estabilidade na desocupação em 2024: a redução das perdas de emprego no comércio e a volta da contratação de trabalhadores do setor público nas áreas de saúde e educação, notadamente no ensino fundamental.

"Já na comparação com o ano passado, o cenário é de manutenção de ganhos da população ocupada, trabalho com carteira assinada e rendimento do trabalhador".

Carteira assinada - O número de trabalhadores com carteira assinada chegou a 38,188 milhões, um recorde da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O contingente de trabalhadores sem carteira também foi recorde, chegando a 13,5 milhões. A taxa de informalidade ficou em 38,7% da população ocupada, o que significa 39 milhões de trabalhadores informais, patamar próximo ao do trimestre móvel encerrado em abril de 2023 (38,9%).

"A informalidade é muito significativa na composição da nossa população ocupada, mas, nos últimos trimestres, tem ficado relativamente estável".

Arroz importado chegará em até 40 dias, estima ministro da Agricultura

(Foto: EBC)

Segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, o produto foi adquirido antes da redução de tributos anunciada pelo governo.

A primeira leva de arroz importado com o objetivo de evitar alta de preços no mercado interno deve chegar às gôndolas dos supermercados nos próximos 30 ou 40 dias, vinda da Tailândia. Segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, o produto foi adquirido antes da redução de tributos anunciada pelo governo, mas ajudará na estratégia de retomada dos preços anteriores à especulação que, em decorrência das chuvas no Rio Grande do Sul, chegou a aumentar em até 40% o preço do alimento.

Durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Fávaro disse que estava prevista, ainda para ontem (29), a publicação do edital que estipula um prazo de 90 dias para a primeira compra de arroz sem os tributos de importação que chegam, segundo ele, a 12% - o que garantirá melhores preços, bem como o abastecimento do produto.

Esse arroz sem tributos de importação terá uma embalagem diferenciada, por ser subsidiado pelo governo federal.

"Ele estará identificado com o preço máximo de R$ 20 para o pacote de 5 quilos de arroz agulhinha tipo 1. É o arroz do paladar do brasileiro, do gosto do brasileiro. É o que a imensa da maioria da população consome", disse o ministro ao ressaltar que o governo vai gradativamente controlando compras a fim de manter o preço "a níveis razoáveis para a população".

Massa salarial alcança patamar recorde no trimestre até abril, aponta IBGE

A massa de salários em circulação na economia aumentou em R$ 23,046 bilhões no período de um ano, para o nível recorde de R$ 313,137 bilhões, uma alta de 7,9% no trimestre encerrado em abril de 2024 ante o trimestre terminado em abril de 2023. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE. Na comparação com o trimestre terminado em janeiro de 2024, a massa de renda real subiu 1,1% no trimestre terminado em abril, R$ 3,296 bilhões a mais.

O resultado foi impulsionado tanto pelo crescimento no número de trabalhadores ocupados quanto pelo aumento no rendimento pago a quem estava trabalhando, apontou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

O rendimento médio dos trabalhadores ocupados teve uma alta real de 0,8% na comparação com o trimestre até janeiro, R$ 25 a mais, para R$ 3.151.

Em relação ao trimestre encerrado em abril de 2023, a renda média real de todos os trabalhadores ocupados subiu 4,7%, R$ 143 a mais. A renda nominal, ou seja, antes que seja descontada a inflação no período, cresceu 2,4% no trimestre terminado em abril ante o trimestre encerrado em janeiro. Já na comparação com o trimestre terminado em abril de 2023, houve elevação de 9,0% na renda média nominal. Segundo Adriana Beringuy, a renda do trabalhador cresceu puxada pela expansão do emprego formal, que tem remuneração mais elevada que ocupações informais.

Brasil criou 240 mil empregos em abril - O Brasil fechou o mês de abril com saldo positivo de 240.033 empregos com carteira assinada. O resultado de abril decorreu de 2.260.439 admissões e de 2.020.406 desligamentos.

No acumulado do ano de janeiro/2024 a abril/2024, o saldo foi positivo em 958.425 empregos, resultado de 8.904.070 admissões e 7.945.645 desligamentos. Já nos últimos 12 meses, de maio/2023 a abril/2024, foi registrado saldo de 1.701.950 empregos, decorrente de 24.179.955 admissões e de 22.478.005 desligamentos.

FUP desiste de manifestação na porta da Petrobras após Magda agendar reunião

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) voltou atrás e decidiu aguardar uma reunião com a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, antes de realizar uma manifestação pública para cobrar as principais pautas da categoria petroleira, que ainda aguardam definição da diretoria da empresa. A entidade havia programado uma manifestação para a porta da sede da Petrobras no Rio de Janeiro (Edisen) ontem, 29, mas decidiu aguardar o resultado da reunião com Magda, prevista para 11 de junho.

Os petroleiros aprovaram em assembleias, na semana passada, estado de greve e paralisações para pressionar os gestores da Petrobras, que estão dificultando o atendimento das pautas estruturais da categoria, que teve direitos abolidos nos governos Temer e Bolsonaro.

Em documento enviado na terça-feira à presidente da Petrobras, solicitando a reunião, a FUP destacou temas prioritários, tanto em relação ao resgate de direitos, quanto à reconstrução da estatal como empresa pública e integrada. "A solução dos déficits estruturais do fundo de previdência e do plano de saúde, cuja conta está sendo imposta aos trabalhadores, é o primeiro ponto da pauta corporativa destacado no documento, assim como a anistia das punições e demissões políticas de petroleiros e dirigentes sindicais perseguidos pelos últimos governos", informou a FUP em nota. Ainda na mensagem enviada à Magda, a federação reitera a urgência da empresa assumir papel de relevância na indústria nacional e o protagonismo na reconstrução do Brasil e na transição energética justa.

"Sabemos que os desafios dessa luta são enormes, pois os interesses do capital financeiro de curto prazo têm contaminado a atuação da Petrobras. Nas gestões Temer e Bolsonaro, a empresa priorizou a remuneração do capital financeiro, se desfazendo de ativos para pagar altos dividendos aos grandes fundos de investimento nacionais e internacionais", destacou o documento assinado pelo coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Zelensky consegue novo apoio financeiro da UE, e Putin ameaça ocidente

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, recebeu terça-feira, 28, uma segunda promessa de ajuda militar de US$ 1 bilhão, em sua viagem por três países da União Europeia para angariar novos apoios. Enquanto isso, o presidente Vladimir Putin alertou que atingir o solo russo com armas fornecidas pelo Ocidente poderia levar a guerra a uma possível expansão - inclusive nuclear.

Terça, a Bélgica firmou o compromisso de fornecer à Ucrânia 30 caças F-16 nos próximos quatro anos. "Nossa tarefa é usar o primeiro F-16 no campo de batalha este ano e, dessa forma, fortalecer nossas posições", disse Zelensky.

Mais tarde, o líder ucraniano viajou para Portugal, onde disse que era importante que os apoiadores da Ucrânia não se deixassem enganar pela Rússia e não se cansassem da guerra.

Portugal é um dos países mais pobres da Europa Ocidental e tem um exército pequeno em comparação com os seus maiores parceiros da UE. A expectativa é que Portugal envie mais 126 milhões de euros em ajuda militar e financeira para Kiev, como parte de um amplo plano de cooperação. Na segunda-feira, Zelensky assinou um acordo de segurança com a Espanha que atribui 1 bilhão de euros de ajuda militar à Ucrânia em 2024 e 5 bilhões de euros até 2027

(Foto: EBC)

Putin alertou que atingir o solo russo com armas fornecidas pelo Ocidente poderia levar a guerra a uma possível expansão - inclusive nuclear.

A lenta entrega de apoio por parte dos seus parceiros ocidentais, especialmente um atraso na ajuda militar dos EUA, preocupa os ucranianos enquanto a Rússia avança com suas investidas. Os países europeus têm discutido a possibilidade de enviar tropas de apoio para a Ucrânia. Putin alertou o Ocidente contra um envolvimento mais profundo nos combates, relembrando um possível conflito nuclear.

O uso de armas de longo alcance fornecidas pelo Ocidente para atacar o território russo pode provocar uma escalada perigosa, disse Putin a repórteres durante uma viagem ao Usbequistão.

Os Países Baixos prometeram montar rapidamente com os principais parceiros da UE um sistema de defesa aérea Patriot, que Zelensky vê como fundamental para impedir a Rússia de atingir a rede elétrica e áreas civis da Ucrânia, bem como alvos militares. O chefe da OTAN, Jens Stoltenberg, aprovou a medida, mas insistiu que é necessário muito mais trabalho.

Lei usada na Rússia contra oposição é replicada sob protestos na Geórgia

O Parlamento da Geórgia aprovou terça, 28, por 84 votos a 4, uma lei sobre "influência estrangeira", uma cópia da legislação russa usada para regular ONGs, veículos de comunicação e reprimir dissidentes. A votação aconteceu um dia após uma comissão legislativa rejeitar o veto presidencial, apesar da onda de manifestações contra o texto. A lei exige que meios de comunicação e ONGs que obtenham mais de 20% de financiamento do exterior se registrem como órgãos que "cumprem o interesse de uma potência estrangeira". As organizações têm de apresentar relatórios anuais sobre suas atividades e serão monitoradas pelo Ministério da Justiça. Violações podem render multas de US$ 9,3 mil (R$ 47,7 mil).

Opositores criticaram o texto, reclamando que a "lei russa" é igual à adotada pelo Kremlin. Os críticos dizem que ela restringirá a liberdade de imprensa e impedirá a Geórgia de entrar na União Europeia. Jornalistas e ativistas afirmam que a lei pretende estigmatizá-los e restringir o debate antes das eleições parlamentares de outubro.

Os apoiadores insistem que o projeto é necessário para conter o que consideram ser "atores estrangeiros" que buscam desestabilizar a Geórgia. Maka Bochorishvili, membro do partido governista, Sonho Georgiano, disse que a lei ajudaria a tornar o país "estável e pacífico".

Borrell: Há sete atos para serem aprovados para mobilizar 6,6 bilhões de euros à Ucrânia

Ao final da reunião dos ministros das Relações Exteriores da União Europeia, o Alto Representante do bloco, Josep Borrell, disse, terça-feira, 28, que é importante saber que neste momento há sete atos jurídicos a serem aprovados para mobilizar 6,6 bilhões de euros ao abrigo do Fundo de Assistência Ucraniano

Em coletiva de imprensa, ele afirmou que a UE irá utilizar os lucros extraordinários, com 90% dos lucros inesperados provenientes dos ativos russos congelados sendo atribuídos através do Mecanismo Europeu para a Paz. "Temos que evitar qualquer tipo de bloqueio para utilizar esses novos recursos", indicou. "Analisamos detalhadamente o fornecimento de munições, através de diferentes canais - desde a iniciativa checa à iniciativa da União Europeia, à aquisição conjunta, à aquisição bilateral pelos Estados-Membros, ou comprando diretamente às indústrias. É claro que esta é uma das questões-chave para travar os avanços russos: como podemos ajudar a financiar todas estas iniciativas e como podemos ajudar os ucranianos a desenvolver as suas próprias capacidades industriais", afirmou ainda.

Em alegação final, promotoria acusa Trump de tentar destruir democracia dos EUA

(Foto: EBC)

Um procurador de Manhattan acusou Trump de tentar "enganar" os eleitores nas eleições presidenciais de 2016, ao participar de esquema de dinheiro secreto destinado a abafar histórias embaraçosas que ele temia que prejudicasse a sua campanha.

Em suas alegações finais, os procuradores do julgamento de Donald Trump sobre pagamentos secretos, em Nova York, disseram terça-feira, 28, que o ex-presidente e seus cúmplices trabalharam para o que chamaram de "esforço para subverter a democracia". Na parte de fora do tribunal, apoiadores e opositores do ex-presidente trocaram insultos - entre os críticos estava o ator Robert De Niro, que discutiu com trumpistas.

O primeiro julgamento criminal de um ex-presidente americano entrou em sua fase final nesta terça, após 20 dias de tramitação Trump é acusado de falsificar registros contábeis para encobrir um pagamento feito à ex-atriz pornô Stormy Daniels, para que ela não tornasse público um caso extraconjugal com ele durante sua primeira campanha à Casa Branca, em 2016. Os dois teriam se relacionado em 2006.

Segundo os procuradores, em 2016, Trump trabalhou com seu ex-advogado Michael Cohen e um ex-editor de tabloide para esconder informações dos eleitores, em um esforço ilegal para influenciar a eleição presidencial. Joshua Steinglass, um assistente do promotor, chamou a iniciativa de "subversão da democracia".

A negociação, segundo o procurador, resultou em uma das contribuições mais valiosas para a campanha de Trump. "Esse esquema, idealizado naquele momento, pode muito bem ter sido o que elegeu Trump", disse Steinglass.

Após as deliberações, o júri terá de declarar o ex-presidente culpado ou inocente. Se não houver um consenso, o julgamento terá de ser realizado novamente. A defesa foi a primeira a falar. O advogado de Trump, Todd Blanche, disse aos jurados que os procuradores não conseguiram provar sua tese. Blanche argumentou que tal conspiração apresentada pela acusação não existiu e os promotores construíram todo o caso em torno de Cohen, a quem se referiu como "o maior mentiroso de todos os tempos".

Lula não substituirá embaixador que deixou Israel em protesto contra Netanyahu

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu não enviar um substituto para assumir o posto de embaixador do Brasil em Israel, após remover em definitivo do cargo o embaixador Frederico Meyer. A partir de agora a embaixada em Tel-Aviv passará a ser chefiada, por tempo indeterminado, pelo encarregado de negócios Fábio Farias.

O decreto de Lula com a remoção de Meyer foi publicado no Diário Oficial da União da última quarta-feira, dia 29, e assinado na véspera. O Itamaraty diz que a embaixada funcionará normalmente, embora a representação política tenha sido rebaixada.

A decisão do presidente é uma forma de protesto diplomático em relação a Israel. O Palácio do Planalto e o Itamaraty consideram que o embaixador foi humilhado - assim como o próprio País - pelo governo do premiê Binyamin Netanyahu. Um embaixador a par da decisão afirmou que não havia clima para retomar a relação como se nada tivesse acontecido.

Em nota, a Conib (Confederação Israelita do Brasil), lamentou a retirada do embaixador. "Os dois países têm uma rica história de cooperação e afeto, iniciada desde a aprovação da partilha da Palestina pela ONU, em 1947, em votação na Assembleia Geral da organização conduzida pelo brasileiro Oswaldo Aranha. Desde então, as relações prosperaram e os laços entre os países se fortaleceram em benefício mútuo de seus povos", afirmou. E continua: "A medida unilateral do governo brasileiro nos afasta da tradição diplomática brasileira de equilíbrio e busca de diálogo e impede que o Brasil exerça seu almejado papel de mediador e protagonista no Oriente Médio."

Tanques de Israel entram no centro de Rafah pela primeira vez

O governo de Israel intensificou terça, 28, sua ofensiva militar em Rafah, enviando tanques para o coração da cidade no sul da Faixa de Gaza, apesar da crescente condenação internacional à operação. Após um ataque aéreo no fim de semana, que matou 45 civis em um campo de refugiados, o Exército avançou em direção ao centro de Rafah, segundo a agência Reuters.

O governo do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu planeja, desde março, uma ofensiva no local e diz que os últimos quatro batalhões ativos do Hamas se escondem entre os civis de Rafah. O ataque de domingo, segundo o Exército, tinha como alvo uma base do grupo terrorista.

Desde a tomada do posto de fronteira de Rafah com o Egito, as tropas israelenses avançaram nos arredores da cidade e entraram apenas em áreas no leste. Mas ontem tanques foram vistos perto da mesquita Al-Awda, no centro de Rafah, segundo a

(Foto: Divulgação)

agência Reuters, citando testemunhas.

Cerco - Apesar das alegações de que na cidade está o último reduto do Hamas, soldados israelenses voltaram a enfrentar os terroristas em territórios no norte de Gaza que já haviam sido conquistados anteriormente. O Exército confirmou que suas tropas estavam operando na área de Rafah e participavam de combates a curta distância, mas não confirmou a presença de tanques no centro.

Índia registra recorde de temperatura com 52,3º C

A Índia bateu o recorde de temperatura na última quarta-feira, 29. A capital do país, Nova Délhi, registou 52,3ºC. O território indiano vem sofrendo com enchentes, ciclones e secas devido às mudanças climáticas.

O Departamento Meteorológico da Índia (DMI, sigla em inglês) divulgou que as "condições severas de calor" foram identificadas no subúrbio de Mungeshpur. As autoridades indianas estão recomendando às pessoas que vivem nos estados do norte e do oeste do país a evitarem exposição ao sol, se hidratarem e usarem roupas claras. Águas estão sendo borrifadas nas estradas e alguns moradores foram transferidos para abrigos. Devido ao aumento do uso de ar-condicionados, a região está sofrendo com apagões duradouros. Além da sobrecarga na energia, as temperaturas altas prejudicam as plantações do país.

Desde o dia 1º de março, a Índia registrou 60 mortes e 16 mil casos de insolação, que acontece quando a transpiração falha e o corpo não consegue se resfriar, afirmou o jornal indiano Mint. O governo do país, no entanto, não confirmou os números. O calor extremo não é exclusividade da Índia. As temperaturas altas apresentaram recorde em abril, pelo 11º mês consecutivo. O local mais afetado é a Ásia. A Europa também está com previsão de ter um verão mais quente.

Ciclone no leste - As mudanças climáticas têm causado diversos efeitos em diferentes regiões da Índia. No início da semana, um ciclone Remal atingiu o leste da Índia. Após ser fechado no domingo, o Aeroporto de Calcutá foi reaberto, no estado de Bengala Ocidental.

O Remal foi o primeiro ciclone antes do início da estação chuvosa, período de junho a setembro que ocorrem temporais devido ao fenômeno das monções. Mesmo sendo frequentemente atingido por ciclones, o litoral da Índia tem apresentado um aumento de intensidade das chuvas por causa das mudanças climáticas.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Congresso mantém veto de Lula a calendário de emendas após Planalto acelerar liberação de verba

O Congresso manteve terça-feira, 28, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao calendário fixo para pagamento de emendas impositivas que havia sido aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Foram 244 votos a favor do governo na Câmara e 177 contra. Com o aval dos deputados para manter a decisão do petista, o texto nem precisou ser analisado no Senado.

O Palácio do Planalto conseguiu fazer um acordo com os deputados e senadores após acelerar a liberação dos recursos de emendas, que são cruciais para os parlamentares irrigarem suas bases eleitorais em ano de disputas por prefeituras e vagas em câmaras de vereadores.

Se o veto fosse derrubado, o Orçamento da União se tornaria ainda mais engessado. Nos últimos anos, o Congresso avançou no controle das verbas orçamentárias, principalmente com a obrigatoriedade de pagamento das emendas individuais e de bancada estadual. No entanto, apesar de ser obrigado a liberar os recursos, o Executivo ainda controla o ritmo das liberações e pode usar essa prerrogativa para negociar o apoio de deputados e senadores a projetos de seu interesse. O calendário da LDO eliminaria esse trunfo do governo. "Quero parabenizar a postura do ministro Padilha, que entendeu que o cronograma de execução orçamentária era uma garantia da vitória dos pleitos da autonomia conquistada pelo Parlamento e contrapôs com uma proposta de conciliação em um cronograma em que tivemos um avanço claro e real. De fato, hoje, nas execuções das emendas parlamentares", disse o relator da LDO, Danilo Forte (União-CE), que havia estabelecido o calendário.

Nas últimas semanas, a Secretaria das Relações Institucionais (SRI), chefiada pelo ministro Alexandre Padilha, fez uma espécie de prestação de contas sobre o ritmo de liberação das emendas.

"Entre janeiro e 26 de maio, foram autorizados R$ 19,21 bilhões em emendas individuais, de comissão e de bancada - valor cinco vezes maior que o registrado no mesmo período do ano passado, de R$ 3,157 bilhões", diz comunicado do ministério divulgado nesta segunda-feira, 27.

Como mostrou o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o governo prometeu pagar o máximo possível de emendas impositivas até 30 de junho para que deputados e senadores mantenham o veto ao calendário. Deputados têm dito que o ritmo de liberação desses recursos têm aumentado.

Mapa aponta que quase meio milhão de cariocas passam fome

A insegurança alimentar grave é realidade em 7,9% das casas na capital fluminense. Em números absolutos, são 489 mil pessoas que passam fome. Cerca de 2 milhões de cariocas convivem com algum grau de insegurança alimentar (seja leve, moderada ou grave). Os dados inéditos fazem parte do I Inquérito sobre a Insegurança Alimentar no Município do Rio de Janeiro - o Mapa da Fome da Cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa revela ainda que o acesso à alimentação adequada se dá de forma desigual na geografia da capital fluminense. A Área de Planejamento (AE) 3 (Zona Norte sem a Grande Tijuca) é a mais atingida pela fome - ela se apresenta em 10,1% das casas. A fome é maior nos lares chefiados por pessoas negras (em 9,5% desses domicílios). Quando o estudo faz a análise por gênero, 8,3% das famílias comandadas por mulheres também não têm o que comer.

O Mapa da Fome da Cidade do Rio de Janeiro é uma parceria entre a Frente Parlamentar contra a Fome e a Miséria no Município do Rio de Janeiro da Câmara Municipal e o Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC/UFRJ). Com o lançamento do estudo, o Rio de Janeiro se torna a primeira cidade brasileira a mapear a insegurança alimentar e a fome em nível municipal.

Outros indicadores mostram que a falta de comida atinge 16,6% das famílias lideradas por pessoas com escolaridade mais baixa. A fome também atinge 18,3% das casas onde a pessoa de referência está desempregada, e em 34,7% dos domicílios com renda per capita mais baixa.

"O perfil da pessoa que passa fome no Rio acompanha as desigualdades nacionais. As famílias que têm insegurança alimentar grave têm a chefia feminina, que tenha pessoa preta ou parda, com menor escolaridade com fundamental incompleto, desempregado e famílias de menor renda, inferior a um quarto do salário mínimo per capita", disse Rosana Salles-Costa, professora e pesquisadora do INJC/UFRJ.

Dados - As estatísticas foram coletadas entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, a partir da realização de entrevistas em 2 mil domicílios das cinco APs do município. A segurança alimentar foi medida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que também é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mais de 34 mil famílias vão receber Auxílio Reconstrução nesta semana

O ministro extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, anunciou terça-feira (28) que 34.196 famílias gaúchas afetadas pelas chuvas no estado irão receber no primeiro lote de pagamento do Auxílio Reconstrução.

Cada família irá receber o valor de R$ 5.100 ainda nesta semana. Elas foram cadastradas pelas prefeituras no sistema do governo federal e um integrante da família validou as informações.

De acordo com o ministro, a lista com os nomes das famílias já foi enviada à Caixa, que irá pagar o benefício.

"Tão logo as pessoas validem as informações das famílias, no prazo de 48 horas, esse dinheiro vai estar na conta", informou Pimenta, em entrevista à imprensa em Porto Alegre, ao lado de demais ministros do governo federal.

Segundo o ministro, a meta é ter duas listas de famílias autorizadas por semana para pagamento do auxílio.

Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de 20 de maio até a manhã desta segunda-feira (27), 75.213 registros foram enviados pelas prefeituras no sistema do Auxílio Reconstrução. Desses, 44.592 tiveram o pagamento autorizado após checagem dos cadastros enviados, sendo que 42.572 são de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A prefeitura de Porto Alegre encaminhou o cadastro de 24.516 famílias residentes no município nesta terça-feira, sendo que o prazo foi iniciado no dia 20 de maio.

O ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, ressaltou que as prefeituras não precisam enviar os dados de todas as famílias atingidas de uma única vez. "A medida que for formando uma lista, vai alimentando o sistema", disse.

(Foto: EBC)

Cada família irá receber o valor de R$ 5.100.

Indústria da mineração se compromete em reduzir suas emissões de GEE

Estudo inédito aponta que a indústria é responsável por 3% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Desses 3%, apenas 18% são oriundas do setor mineral. Queima de combustíveis fósseis são as maiores emissões na mineração. Em resposta, setor diz que vai promover substituição gradual por fontes de energia renovável.

O Inventário de Emissões GEE do Setor Mineral 2024, ano base 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que reúne as principais mineradoras do país, identifica as principais fontes de emissões da indústria mineral brasileira e aponta caminhos para descarbonizar o setor, que será responsável por impulsionar a transição energética mundial. O levantamento elaborado pela consultoria Way Carbon apresenta informações coletadas de 42 mineradoras associadas ao IBRAM e abrange 27 bens minerais, entre eles, lítio, ferro, estanho, carvão, fosfato, níquel, manganês, nióbio, ouro, potássio, prata, areia, argila, bauxita, calcário e rochas ornamentais.

Os dados mostram que apesar de fama de poluidora do meio ambiente, a mineração é um dos setores econômicos que apresentam as mais baixas emissões de gases de efeito estufa (GEE) do país: apenas 0,55% das emissões no Brasil ou 12,77 MtCO2e (milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente).

Boulos falta à sessão e Conselho não analisa cassação de Janones por 'rachadinha'

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) não compareceu à sessão do Conselho de Ética da Câmara de terça-feira, 28, que julgaria o pedido de cassação do também deputado André Janones (Avante-MG), acusado de pedir parte dos salários funcionários do gabinete para uso próprio, prática conhecida como "rachadinha". Como Boulos é o relator da representação, a análise do caso teve de ser adiada pela segunda vez.

Segundo o presidente do colegiado, deputado Leur Lomanto Jr. (União Brasil-BR), Boulos informou a ele, antes da sessão, que só chegaria em Brasília às 18h. A reunião do Conselho estava marcada para as 11h, com previsão de encerramento às 12h. O Estadão procurou a equipe do deputado do PSOL para entender a ausência do deputado, mas não obteve resposta até a publicação deste texto. Boulos participou da reunião do Conselho em 15 de maio, quando apresentou um parecer favorável ao arquivamento do processo contra Janones. Segundo o deputado, os crimes teriam ocorrido antes do mandato e, portanto, não seriam passíveis de análise pelo Conselho de Ética. "Aqui não entramos no mérito se o deputado André Janones cometeu ou não crime. O relatório entra na formalidade técnica da existência ou não de jurisprudência, se a prática ocorreu antes do mandato. E nós temos precedentes. Não pode haver dois pesos e duas medidas", disse, na ocasião. Os deputados eleitos em 2018 tomaram posse no dia 1º de fevereiro de 2019. A gravação ocorreu no dia 5 daquele mês. Janones nega a prática de "rachadinha" e alega que os áudios foram tirados de contexto.

A reunião seguinte, marcada para a quarta-feira passada, 22, foi cancelada por Lomanto.

Durante uma conversa na Câmara, Janones cobrou que os funcionários de seu gabinete arcassem com as despesas pessoais dele. Sem saber que estava sendo gravado pelo ex-assessor Cefas Luiz, o deputado disse não estar fazendo nenhuma questão pelo cargo e que alguns assessores de confiança iam receber um salário maior a fim de retornar parte do valor a ele.

Trens para Santos, Vale do Paraíba, Campinas e Sorocaba: veja os projetos de Tarcísio para SP

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou neste mês a qualificação de mais quatro projetos de mobilidade urbana sobre trilhos no Estado de São Paulo a serem executados em parceria com a iniciativa privada. São dois trens intercidades, atendendo as regiões de Santos e de São José dos Campos, e dois VLTs (veículo leve sobre trilhos) nas regiões de Campinas e Sorocaba, respectivamente.

Antes, o governo já havia realizado o leilão do trem ligando a capital a Campinas e anunciado os estudos de uma linha férrea para transporte de passageiros entre São Paulo e Sorocaba. Como o Estadão mostrou, o programa "São Paulo nos Trilhos" engloba 13 projetos entre linhas de trem e de metrô, totalizando mais 890 quilômetros na rede estadual, com investimento previsto de R$ 130 bilhões apenas entre os projetos já inclusos no Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

"Também queremos ter todos os aeroportos - Campo de Marte, Congonhas e Guarulhos - interligados por trilhos", afirmou o governador Tarcísio de Freitas durante o Summit Mobilidade 2024, evento realizado pelo Estadão na terça-feira, 28, na capital paulista.

Nesta quarta-feira, 29, Tarcísio assina o contrato de concessão do Trem Intercidades Eixo Norte, que vai ligar Campinas à capital paulista. O projeto será implementado pelo consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos (TIC Trens), com previsão de investimentos de R$ 14,2 bilhões.

Com a qualificação no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do Estado, o governo paulista poderá dar início ao processo de contratação e elaboração dos estudos para avaliar a viabilidade dos outros projetos, além de definir o modelo de parceria com a iniciativa privada.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Minnesota Timberwolves reage, vence Dallas, e força jogo 5 da final do Oeste da NBA

Diante de um adversário embalado pela vantagem de 3 a 0 nesta série final dos playoffs e contra um ginásio lotado, o Minnesota Timberwolves se superou na noite da última terça-feira ao derrotar o Dallas Mavericks por 105 a 100. O resultado adiou a definição do finalista da Conferência Oeste da NBA. Após triunfar na casa do adversário, os Wolves voltam à quadra em uma condição mais favorável, já que na quinta-feira, o encontro vai ser em Minneapolis e a franquia busca diminuir a série para 3 a 2. Já os Mavericks estão a uma vitória de ir para a decisão com o Boston Celtics, vencedor do lado Leste.

(Foto: Divulgação)

Em um jogo emocionante, Anthony Edwards terminou o confronto como cestinha do duelo com 29 pontos e dez rebotes. Karl-Anthony Towns também foi preciso nos arremessos (25) e ajudou a conduzir o time à liderança no marcador.

Em um tom confiante, ele disse que a equipe entrou decidida a mudar o rumo dos playoffs. "Tínhamos de ser agressivos. Não era hora de ter dúvidas, principalmente neste momento. Era o jogo 4 e estávamos perdendo a série por 3 a 0. Não havia tempo para hesitações", comentou Towns. Em cima do discurso de um dos principais destaques, o Timberwolves tomou a iniciativa e fechou o primeiro período com uma vantagem de sete pontos (27 a 20). A reação dos mandantes, contudo, não demorou a surgir. Efetivo em quadra, Luka Doncic equilibrou a partida. Ele cravou um "triple-double" ao anotar 28 pontos, conseguir 15, rebotes e dar dez assistências para os companheiros, e foi decisivo para ajudar o Dallas a fechar a primeira etapa em igualdade com os Wolves (49 a 49).

A parte final do encontro foi movimentada com os dois rivais se alternando à frente do marcador. Nos três minutos finais, no entanto, os Wolves conseguiram ser mais eficientes. Edwards e Towns controlaram o ritmo e foram determinantes para o triunfo em 105 a 100. Para Luka Doncic, no entanto, a equipe não pode se abater com o revés. "Eles ganharam um jogo. Só temos que nos concentrar na próxima partida e tentar buscar o nosso melhor rendimento. Temos que entender que não fizemos uma grande exibição e dar crédito ao Minnesota", comentou o ala-armador esloveno.

Barcelona anuncia Hansi Flick como novo treinador e oficializa a saída de Xavi

(Foto: Divulgação)

O Barcelona anunciou, nesta quarta-feira, Hansi Flick como novo treinador da equipe. Ele assinou um vínculo de duas temporadas. O clube oficializou ainda a rescisão de contrato do ex-comandante Xavi, que cumpriu sua última partida no final de semana, na vitória sobre o Sevilla, pela última rodada do Campeonato Espanhol.

O site oficial estampou uma foto do seu novo técnico já com um agasalho do clube. No texto de apresentação de Hansi Flick, a agremiação destaca o estilo de trabalho de seu novo contratado: "O Barcelona escolheu um homem conhecido pela alta pressão, estilo de jogo intenso e ousado das suas equipes", diz parte do texto.

As primeiras palavras do alemão de 59 anos em sua nova função foram divulgadas em um vídeo. "Culers, é o nosso momento. Força Barça"! A apresentação oficial ainda não tem data definida. Alvo do Barcelona desde 2021, Flick conta com a admiração do presidente Joan Laporta. A primeira missão do treinador é recolocar a equipe no caminho das conquistas de títulos de expressão após uma temporada sem troféus sob o comando de Xavi.

O seu trabalho mais marcante foi no período em que comandou o Bayern de Munique entre os anos de 2019 e 2021. Entre os títulos mais importantes, ele ganhou um Mundial de Clubes, uma Liga dos Campeões e ainda dois Campeonatos Alemães. Ele está livre no mercado desde setembro de 2023, desde a sua saída da seleção da Alemanha.

Com contrato até o dia 30 de junho, o comandante já está em contato com o ex-jogador brasileiro Deco, que ocupa a função de diretor esportivo. Essa aproximação vai possibilitar ao treinador o ajuste do elenco, os prováveis reforços e ainda quem pode deixar o clube.

Rodrygo reforça desejo de ficar no Real Madrid e diz que entrevista foi tirada de contexto

O atacante Rodrygo, do Real Madrid, recorreu às redes sociais na noite da última terça-feira para enfatizar o seu desejo de permanecer no clube após a imprensa espanhola repercutir uma entrevista onde ele deixava em aberto o seu futuro. A chegada de Endrick e a iminente contratação de Mbappé contribuíram para alimentar a polêmica sobre o assunto.

(Foto: Divulgação)

De acordo com o atleta, seu discurso foi tirado de contexto na entrevista concedida ao canal DAZN, da Espanha. "Hoje aconteceu uma coisa muito chata, em que uma das minhas entrevistas foi completamente tirada de contexto. Para ser bem direto, estou MUITO feliz no Real Madrid, vivo um sonho todos os dias e NÃO me passa pela cabeça deixar o clube da minha vida! Agora continuamos com a história para ganhar a 15ª (Champions) HALA MADRID E NADA MAIS", diz o texto de sua postagem.

Na conversa com a jornalista, ao ser questionado se pretende ficar para sempre no Real Madrid, o jogador revelado na Vila Belmiro deixou em aberto a possibilidade de nunca deixar o gigante espanhol. "Sim, bem… tudo pode acontecer. Eu tenho contrato, mas os anos que passei aqui foram um prazer mim. Sempre quero estar neste clube, mas vamos ver", respondeu o jogador. A polêmica surge na semana em que o gigante espanhol se prepara para decidir a Liga dos Campeões diante do Borussia Dortmund, da Alemanha. O duelo está marcado para este sábado, no estádio de Wembley.

Rodrygo deve ser titular contra os alemães formando o ataque com Vini. Jr. Com um currículo vencedor, ele tem, entre os títulos mais importantes, a conquista da Liga dos Campeões de 2021/2022 e também o Mundial de Clubes do mesmo ano. Com contrato até meados de 2028, Rodrygo está em sua quinta temporada. A ideia de se manter protagonista no Real Madrid tem uma relação direta com o ciclo que pretende completar na seleção brasileira visando a Copa do Mundo de 2026.

Campeã de hipismo morre aos 37 anos após sofrer acidente em competição

A amazona britânica Georgie Campbell morreu aos 37 anos após cair do cavalo durante o torneio Bicton International Horse Trials, em Devon, na Inglaterra, no domingo. A informação do acidente fatal foi divulgada pela British Eventing, órgão regulador do hipismo no Reino Unido.

De acordo com o comunicado, Georgie foi imediatamente socorrida depois da queda, mas não resistiu aos ferimentos. "Para respeitar a privacidade da família neste momento extremamente difícil e triste, não serão divulgados mais detalhes", apontou a entidade na nota. O cavalo da amazona, Global Quest, foi avaliado por veterinários e não se machucou.

Georgie Campbell competiu em mais de 200 torneios de hipismo e conquistou seis títulos. A atleta foi representante do Reino Unido em seis edições da Nations Cup e era casada com o cavaleiro Jesse Campbell, da Nova Zelândia, que disputou os Jogos Olímpicos de Tóquio-2020.

O centro de equitação onde ocorreu o torneio lamentou o acidente fatal. "Nossos pensamentos estão com familiares e amigos de Georgie neste momento avassalador", escreveu a Bicton Arena em publicação nas redes sociais.

Namorada e mãe de Endrick posam juntas em foto da família durante festa

Endrick ganhou uma festa de amigos e familiares com foco na despedida do Palmeiras. O atacante vai se juntar ao elenco do Real Madrid a partir de julho, e foi prestigiado por companheiros de equipe e pelo técnico Abel Ferreira. Além disso, a celebração ficou marcada por uma foto publicada pelo jovem na web.

O atacante de 17 anos postou uma imagem em que aparece ao lado do irmão, Noah, do pai, Douglas Ramos, da mãe, Cíntia Ramos, e da namorada, a modelo Gabriely Miranda. O registro foi divulgado no story do Instagram acompanhado da frase: "a base de tudo".

No início do mês, a vida extracampo de Endrick virou assunto na web, impulsionada pela relação de Gabriely com a sogra Cíntia. Tudo começou após ir ao ar uma edição do programa "Conversa com Bial" com o jogador e a família como os entrevistados.

Pedro Bial perguntou se a modelo pretende se mudar para a Europa para morar com Endrick quando o atacante se transferir para o Real Madrid, e Gabriely disse que "é uma incógnita ainda". A mãe do jovem, então, afirmou que o atleta vai para a Europa com ou sem a namorada e "vai brilhar".

Depois, Cíntia divulgou no Instagram uma foto em que aparece ao lado do marido, de Endrick e do jornalista Pedro Bial após participação no programa da TV Globo. Porém, internautas apontaram que a imagem original tinha também a presença de Gabriely.

A modelo, inclusive, curtiu um comentário que dizia que a atitude da sogra era "ridícula e imatura" após ter sido "cortada" da publicação.

Endrick faz na quinta-feira o último jogo com a camisa do Palmeiras. O duelo será contra o San Lorenzo, pela Copa Libertadores, no Allianz Parque. No início de junho, o atacante se apresentará na seleção brasileira para a disputa da Copa América. O torneio continental será de 20 de junho a 14 de julho nos Estados Unidos.

Medalha de prata em Tóquio, Carol Gattaz vai para Paris-2024 como influenciadora do Time Brasil

Carol Gattaz não se cansa de dizer que dificilmente conseguirá ficar longe dos esportes. Aos 42 anos e vindo de medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Tóquio, a central estará em Paris-2024 - a competição será entre os dias 26 de julho e 11 de agosto. Desta vez, porém, ela reforçará a equipe de influenciadores do Comitê Olímpico do Brasil (COB), mostrando bastidores e contando história do Time Brasil. Campeã da última edição da Superliga com o Minas e dona de um currículo vitorioso e invejável, Gattaz é muito querida no mundo do vôlei e não vê a hora de mostrar como as ex-companheiras se comportam em uma disputa olímpica. Também terá o privilégio de mostrar os bastidores de outras modalidades e encontrar atletas dos quais tem idolatria. "Estar em Paris para mais uma edição dos Jogos Olímpicos é a realização de um sonho. Não será dentro da quadras, mas será incrível do mesmo jeito", comemorou Carol Gattaz após receber o convite do COB.

"Já estou ansiosa para poder estar perto de outras modalidades, estar mais perto de personalidades que sempre admirei e interagir com o público, sempre tão carinhoso comigo. É um desafio novo, uma nova função, mas sempre encarei os desafios de frente em toda a minha vida. Conto com todo Time Brasil para entregarmos a melhor e mais engajada cobertura de todo o mundo", mostrou confiança.

"O Comitê Olímpico do Brasil e o Time Brasil ficam lisonjeados de ter a Carol Gattaz na delegação, mas agora de uma maneira diferente.", disse Paulo Roberto Conde, diretor de Comunicação do COB.

Ponte Preta aposta na experiência de Nelsinho Baptista para reagir na Série B

Dois dias após a saída inesperada de João Brigatti, que pediu demissão, a diretoria da Ponte Preta definiu o seu novo técnico para tentar recuperar o time dentro da Série B do Campeonato Brasileiro. É Nelsinho Baptista, de 73 anos, um velho conhecido do clube.

Ex-lateral-direito no final dos anos 1960, ele também atuou como técnico no clube de Campinas três vezes. Seu último trabalho foi no Kashiwa Reysol, do Japão, clube que comandou duas vezes: 2010-2014 e 2019-2023.

O acerto aconteceu na manhã da última quarta-feira, em um encontro que durou quase duas horas entre o técnico e o presidente Marco Antônio Eberlin. Ele já foi apresentado a todo estafe de futebol.

À tarde, ele vai comandar o primeiro treino com o elenco de profissionais. A sua estreia será no próximo domingo, quando a Ponte Preta vai enfrentar o CRB pela oitava rodada da Série B. Técnico desde 1985, quando passou rapidamente pelo São Bento, de Sorocaba (SP), e Ponte Preta, ele se consagrou em 1990 quando foi vice-campeão paulista com o Novorizontino, na histórica final caipira contra o Bragantino, de Vanderlei Luxemburgo. No mesmo ano levantou o primeiro título brasileiro do Corinthians, onde a maior estrela era o meia Neto, atual apresentador da TV Bandeirantes.

Como treinador, ele conquistou 20 títulos, sendo seis estaduais (Corinthians, São Paulo, Goiás, Atlético-PR e bi com Sport) e três nacionais (brasileiro e Supercopa pelo Corinthians) e a inédita Copa do Brasil pelo Sport Recife, em 2008. Na esfera continental, levantou o Torneio Mercosul pelo Internacional-RS, em 1996. Foram 10 títulos no Japão pelo Verdy Kawasaki e pelo Kashiwa Reysol.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSign Envelope ID: 2AA58E51-5742-4136-9F68-37C1CE9167B9

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

ALIANÇA METALÚRGICA S.A.

CNPJ/ME nº 61.143.632/0001-07 - NIRE 35300062124

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital de Convocação, ficam os senhores Acionistas da ALIANÇA METALÚRGICA S.A. convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia **11 de junho de 2024, às 9 horas**, na sede social da companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Freire Bastos, nº 89, Jaçanã, CEP 02261-900, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (i) Aprovação das contas da companhia do ano de 2023; e (ii) Formalização da renúncia do Diretor Geral; (iii) Alteração dos artigos 14º, 17º, caput e parágrafos primeiro e terceiro e artigo 19º do Estatuto Social da Companhia. e (iv) outros assuntos de interesse social da Companhia.

Daisy Lili Maria Kehl Lowenstein - Diretora Presidente.

Associação Brasileira de Foot Table

CNPJ nº 44.343.552/0001-78

Edital de Convocação

A Associação Brasileira de Foot Table, CNPJ nº 44.343.552/0001-78, **convoca os associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** a ser realizada no dia 18 de junho de 2024 às 13h na sede social da sociedade, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-001, para deliberar sobre (i) eleição dos membros do Conselho Fiscal; (ii) aprovação da prestação de contas do exercício social de 2022 e de 2023; (iii) aprovação da alteração do Estatuto Social da sociedade. Qualquer associado poderá solicitar análise dos documentos referente às deliberações, que encontram-se armazenadas na sede da associação. São Paulo, 28 de maio de 2024. Presidente da Associação de Foot Table.

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84 - NIRE nº 35.300.173.902

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Acionistas da **Lajeado Energia S.A.** ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia **11 de junho de 2024**, às **10:00 horas**, por meio exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a proposta de alteração do prazo e data de vencimento final da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitida pela Companhia; **(ii)** a proposta de alteração da remuneração da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitida pela Companhia; **(iii)** a delegação ao Conselho de Administração da Companhia de competência para deliberar e/ou alterar as matérias de que trata o artigo 59, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; **(iv)** a autorização à Diretoria da Companhia, para em conjunto com o Agente Fiduciário, celebrar todos e quaisquer documentos necessários à implementação das deliberações tomadas na presente assembleia, incluindo, mas não se limitando, ao primeiro aditamento à Escritura de Emissão; **(v)** aprovar a realização da Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures, para deliberação dos itens acima; e **(vi)** a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data da Assembleia Geral. Informações Gerais: Os documentos mencionados na ordem do dia encontram-se, a partir da presente data, disponíveis para consulta dos Acionistas na sede da Companhia. O Acionista, ou procurador, que comparecer à Assembleia Geral deverá apresentar o documento de identificação válido com foto, ou, caso aplicável, cópia de referido documento de seu procurador e a respectiva procuração outorgada por Acionista da Companhia, observado o disposto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Sistema de participação: Conforme autorizado pelos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e pela Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, podendo o Acionista participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidade das ações e envio dos documentos acima mencionados. As orientações e os dados para conexão dos Acionistas no ambiente eletrônico, incluindo a senha necessária para tal, serão enviados aos Acionistas que manifestarem o seu interesse por meio do e-mail assessoria.societaria@edpbr.com.br até o dia 07/06/2024, enviando também por e-mail os documentos necessários para sua participação na Assembleia Geral conforme mencionado acima.

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Presidente do Conselho de Administração

Central Eólica São Domingos V S.A.

CNPJ/MF nº 50.396.932/0001-73 - NIRE 35.300.613.902

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de abril de 2024, às 16h15min, na sede da **Central Eólica São Domingos V S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, Sala 92, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferraretto Dalbello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou: **5.1.** Consignando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado: **5.2.** A Acionista decide aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 3.080.000,00 (três milhões e oitenta mil reais), mediante a emissão de 3.080.000 (três milhões e oitenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, estabelecido nos termos do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 500,00 (quinhentos reais), para R$3.080.500,00 (três milhões, oitenta mil e quinhentos reais), dividido em 3.080.500,00 (três milhões, oitenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **5.3.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista EDP Renováveis Brasil S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 09.334.083/0001-20, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.351.789 ("EDPR"), conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar o presente instrumento como Anexo I. **5.4.** Em virtude do aumento de capital ora aprovado, a acionista decide alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: *"ARTIGO 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 3.080.500,00 (três milhões, oitenta mil e quinhentos reais), dividido em 3.080.500, (três milhões, oitenta mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Sra. Paula Ferraretto Dalbello - Presidente; Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferraretto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Mesa**: Paula Ferraretto Dalbello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 202.854/24-3 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Panamericana Construtora e Imobiliária S/A

C.N.P.J. nº 61.342.754/0001-14 - NIRE 353.0004179-8

Ata da A.G.O. (Extrato)

Data/hora/Local: **30.04.2024**, 9:00 horas. Sede Social. Presença/Mesa: Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto. Presidente: Domenico Luigi Pasquale Abate; Secretário: Mario Abate. **Deliberações: A)** Aprovado Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023. **B)** Foi determinado o lançamento do Lucro Líquido do exercício findo na conta Reserva de Lucros a Realizar e a sua distribuição de dividendos. **C)** Foram reeleitos para mais um mandato até que haja nova eleição e posse no ano de **2025**, de nova diretoria, permanecendo em seus cargos de **Diretores Executivos**: Domenico Luigi Pasquale Abate e Mario Abate. **Diretor de Vendas**: José Americo Rondelo. No Tocante aos honorários da diretoria, ficou aprovada e ratificada a reunião de diretoria do dia 28/02/2023 de que ficam extintos e sem pagamento quaisquer honorários a membros da diretoria, em razão da necessidade de contenção de gastos e redução de despesas. Os diretores ora eleitos e presentes a esta assembleia aceitam essa sua nomeação e permanecem desde já nesses respectivos cargos de diretores e declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer suas funções, especialmente aqueles previstos no § 1º do Art. 147 da Lei nº 6404/76, e fornecem declarações de desimpedimento devidamente por eles emitidas e assinadas, bem como assumem e ficam investidos nos respectivos cargos para os quais foram eleitos. **D)** Foi ratificado e aprovado o pagamento de Dividendos estabelecido na reunião de diretoria de 08/02/2024 "ad referendum" desta assembleia. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votantes. Esgotadas as matérias, lavrada ata autêntica, registrada na **JUCESP** sob nº 199.328/24-9 em 09/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Prese Empreendimentos Imobiliários S/A

C.N.P.J. nº 62.152.798/0001-44 - NIRE 353.0004469-0

Ata da A.G.E. (Extrato)

Data/hora/Local: **31.07.2023**, 11:00 horas. Sede Social. Presença/Mesa: Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto. Presidente: Domenico Luigi Pasquale Abate; Secretário: Mario Abate. **DELIBERAÇÃO:** Aprovada a proposta de **Aumento do Capital Social** da companhia de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.214.517,13 realizado mediante o aproveitamento de saldo existente na conta de "Reserva de Lucros a Realizar". Deliberação tomada por unanimidade dos votantes. Esgotadas as matérias, lavrada ata autêntica, registrada na **JUCESP** sob nº 336.370/23-4 em 17/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Prese Empreendimentos Imobiliários S/A

C.N.P.J. nº 62.152.798/0001-44 - NIRE 353.0004469-0

Ata da A.G.E. (Extrato)

Data/hora/Local: **18.08.2023**, 11:00 horas. Sede Social. Presença/Mesa: Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto. Presidente: Domenico Luigi Pasquale Abate; Secretário: Mario Abate. **DELIBERAÇÃO:** Aprovada a proposta de **Dissolução da Sociedade**, em virtude de não mais interessarem aos acionistas a sua continuidade e com a nomeação do Sr. Adhemar Pragliolli como Liquidante. Deliberação tomada por unanimidade dos votantes. Esgotadas as matérias, lavrada ata autêntica, registrada na **JUCESP** sob nº 372.154/23-2 em 14/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Prese Empreendimentos Imobiliários S/A

C.N.P.J. nº 62.152.798/0001-44 - NIRE 353.0004469-0

Ata da A.G.E. (Extrato)

Data/hora/Local: **11.09.2023**, 11:00 horas. Sede Social. Presença/Mesa: Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto. Presidente: Domenico Luigi Pasquale Abate; Secretário: Mario Abate. **DELIBERAÇÃO:** Aprovada a proposta de **Redução do Capital Social** da companhia de R$ 1.214.517,13 para R$ 349.863,52 a redução será realizada através da distribuição aos acionistas no valor de R$ 1.214.517,13 que se dará mediante a extinção da conta de "Estoque de Imóveis" no mesmo valor conforme demonstrado pelo Balanço Patrimonial, tal extinção será efetivada através da cessão e transferência da titularidade do imóvel constante da matrícula nº 145.948 do 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo na seguinte proporção: a) R$ 430.951,16 ao acionista Domenico Luigi Pasquale Abate b) R$ 424.372,53 ao acionista Mario Abate e R$ 359.193,44 ao acionista Adhemar Pragliolli. Ainda para compor o valor do Capital Social será efetuada transferência de R$ 131.000,00 da conta de "Reserva de Lucros" além da transferência de 218.863,52 mediante saldo existente na conta "Reserva de Lucros a Realizar. Deliberação tomada por unanimidade dos votantes. Esgotadas as matérias, lavrada ata autêntica, registrada na **JUCESP** sob nº 397.635/23-0 em 05/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Prese Empreendimentos Imobiliários S/A

C.N.P.J. nº 62.152.798/0001-44 - NIRE 353.0004469-0

Ata da A.G.E. (Extrato)

Data/hora/Local: **27.03.2024**, 11:00 horas. Sede Social. Presença/Mesa: Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto. Presidente: Domenico Luigi Pasquale Abate; Secretário: Mario Abate. **DELIBERAÇÃO:** Aprovada de forma unânime e sem restrições a prestação de contas e Relatório final apresentados ao Balanço Patrimonial encerrado em 27/03/2024 dos atos e operações da liquidação de todo o Ativo e Passivo da sociedade, com o seu encerramento e a Extinção definitiva da liquidante e declarando que o resultado final resultou na disponibilidade positiva do Capital Social no valor de **R$ 292.594,45** que foi distribuído entre os acionistas como resgate de suas ações ordinárias, ao portador, na seguinte proporção: **a)** 103.812,51 ao acionista Domenico Luigi Pasquale Abate **b)** R$ 102.232,50 ao acionista Mario Abate e **c)** R$ 86.549,44 ao acionista Adhemar Pragliolli. Ainda foi eleito o Sr. Adhemar Pragliolli como responsável da guarda dos livros da sociedade. Deliberação tomada por unanimidade dos votantes. Esgotadas as matérias, lavrada ata autêntica, registrada na **JUCESP** sob nº 186.752/24-6 em 23/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS

CHEFIA DE GABINETE

AVISO DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

ENCONTRAM-SE ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO "PRÊMIO SÃO PAULO DE LITERATURA", REALIZADO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS, NO QUAL SERÃO SELECIONADOS OS MELHORES LIVROS DO GÊNERO ROMANCE, ESCRITOS EM LÍNGUA PORTUGUESA, ORIGINALMENTE EDITADOS E PUBLICADOS NO BRASIL EM 2023.

EDITAL DE CONCURSO CULTURAL

PROCESSO SCEIC Nº 010.00001893/2024-59

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.sp.gov.br/compras

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA A REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: http://premiosaopauloliteratura.sp.gov.br/

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO: 03/06/2024.

DATA DO FINAL DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA DE INSCRIÇÃO: 23/07/2024.

OBJETIVANDO: ESTIMULAR A PRODUÇÃO E A DIVULGAÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA COM FOCO EXCLUSIVO NO GÊNERO ROMANCE, PREMIANDO AUTORES E OBRAS QUE SE DESTACAM PELA QUALIDADE E CONTRIBUIÇÃO À LITERATURA DE NOSSO PAÍS.

"EDITAL, NA ÍNTEGRA, ENCONTRA-SE NO SITE DA SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS https://www.cultura.sp.gov.br/premiosdeliteratura/ E NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS https://pncp.gov.br

Triple Play Brasil Participações S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 23.438.929/0001-00 - NIRE: 35.300.483.260

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 8:00 horas do dia 26 de abril de 2024, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 86, 10º andar, conjunto 101, Vila Olímpia, CEP 04.551-080 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração participaram da reunião por meio de videoconferência, conforme permitido pelo artigo 16, §3º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Denis Marcel Ferreira e secretariados pela Sra. Paloma Mansano Teixeira Vellasco. **4. Ordem do Dia**: Deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** a realização, pela Companhia, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória, em até 2 (duas) séries, da Companhia, no valor total de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, sem análise prévia da CVM, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), do artigo 26, inciso V da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), perante os titulares das Debêntures ("Debenturistas") por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, em até 2 (duas) séries, para Distribuição Pública, da Triple Play Brasil Participações S.A.*." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia, a Cabo Serviços de Telecomunicações S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 02.952.192/0001-61 ("Cabo Serviços"), a Videomar Rede Nordeste S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 63.356.042/0001-80 ("Videomar"), a Tecnet Provedor de Acesso as Rede de Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 07.054.341/0001-99 ("Tecnet"), a Webby Participações Societárias Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 33.890.354/0001-08 ("Webby" e, em conjunto com a Cabo Serviços, Videomar e Tecnet, as "Fiadoras") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"); **(ii)** autorização para a prática, pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação de instituições financeiras autorizadas a operarem no mercado de capitais para realizarem a distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta ("Coordenadores"); (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o Agente Fiduciário, o Escriturador (conforme abaixo definido), o Agente de Liquidação (conforme abaixo definido), a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), os assessores legais, entre outros; (c) a negociação e a celebração da Escritura de Emissão, do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da 3ª (Terceira) Emissão da Triple Play Brasil Participações S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) e dos demais documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos; e (**iii**) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações**: Instalada a presente reunião, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: (**i**) a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas na Escritura de Emissão: I. **Destinação de Recursos das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série**. Nos termos do artigo 2°, parágrafo 1°, da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei n° 12.431"), do Decreto n° 8.874, de 11 de outubro de 2016 ("Decreto 8.874"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") n° 5.034, de 21 de julho de 2022 ("Resolução CMN 5.034"), e da Portaria MCOM nº 9.774, de 19 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de junho de 2023 ("Portaria"), os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão serão alocados no pagamento futuro ou reembolso, conforme aplicável, de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao Projeto de Investimento (conforme definido na Escritura de Emissão), assim como para o pagamento de taxas e despesas relacionados à Emissão e à Oferta, desde que tais gastos e despesas tenham sido incorridos em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados do encerramento da Oferta, conforme tabela prevista na Escritura de Emissão; II. **Número da Emissão**. A Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de Debêntures da Emissora; III. **Valor Total da Emissão**. O valor total da Emissão será de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo que a quantidade de Debêntures alocada na Primeira Série (conforme abaixo definido) e na Segunda Série (conforme abaixo definido) será definida conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observado o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme abaixo definido); IV. **Quantidade de Séries**. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries (cada uma, uma "Série" e "Primeira Série" e "Segunda Série", respectivamente, e "Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente), de acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na Primeira Série e na Segunda Série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em cada uma das séries deverá ser abatida da quantidade total de Debêntures prevista na Escritura de Emissão e abaixo, definindo a quantidade a ser alocada na Primeira Série e na Segunda Série, de forma que a soma das Debêntures alocadas em cada uma das Séries deverá corresponder a quantidade total de Debêntures objeto da Emissão ("Sistema de Vasos Comunicantes"). As Debêntures serão alocadas na Primeira Série e/ou na Segunda Série, de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*; V. **Escriturador e Agente de Liquidação da Emissão.** Para fins da Emissão, o agente de liquidação e o escriturador das Debêntures será a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada ("Agente de Liquidação", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação na prestação dos serviços relativos às Debêntures, desde que a substituição ocorra nos termos da Escritura de Emissão; ou "Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures, desde que a substituição ocorra nos termos da Escritura de Emissão); VI. **Procedimento de Distribuição**. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito de registro automático, destinada a Investidores Qualificados (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, por determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder, "Coordenador Líder"), observados os termos e condições do Contrato de Distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total das Debêntures, prestado de forma individual e não solidária por cada um dos Coordenadores, observado o disposto no Contrato de Distribuição; VII. **Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de *Bookbuiding*)**. Os Coordenadores organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, observado o disposto no artigo 61, parágrafo 2°, da Resolução CVM 160, para (i) definir a taxa final da Remuneração (conforme definido abaixo); (ii) definir sobre a realização da Emissão em série única ou em até 2 (duas) séries; e (iii) definir sobre a emissão e a quantidade final de Debêntures a serem emitidas e alocadas na Primeira Série e/ou na Segunda Série, de acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes; VIII. **Data de Emissão das Debêntures.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); IX. **Data de Início da Rentabilidade.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme definido abaixo) das Debêntures da respectiva Série ("Data de Início da Rentabilidade"); X. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidades das Debêntures.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. XI. **Conversibilidade.** As Debêntures serão simples e, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora; XII. **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de maio de 2030 ("Data de Vencimento das Debêntures"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e, se permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, de resgate antecipado total das Debêntures e de Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida), com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão; XIII. **Valor Nominal Unitário**. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); XIV. **Quantidade de Debêntures**. Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures em até 2 (duas) Séries, sendo a quantidade de Debêntures alocada na Primeira Série e na Segunda Série a ser definida conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Sistema de Vasos Comunicantes; XV. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Primeira Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário na Data de Início da Rentabilidade, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Preço de Subscrição"). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as disposições previstas na Escritura de Emissão; XVI. **Atualização Monetária**. Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. XVII. **Remuneração.** Remuneração das Debêntures da Primeira Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes ao percentual equivalente à taxa DI baseada no ajuste da curva Pré x DI equivalente ao vértice com vencimento em 03 janeiro de 2028 divulgada pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/marketdata/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-mfbovespa/), a ser apurada conforme o último preço verificado no fechamento do dia de realização do Procedimento de *Bookbuilding,* acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis,* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente, por Dias úteis decorridos, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Remuneração das Debêntures da Segunda Série. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à cotação indicativa da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B) com vencimento em 15 de agosto de 2030 ("Taxa IPCA+/2030"), a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br) no fechamento do dia de realização do Procedimento de *Bookbuilding,* acrescido exponencialmente de *spread* (sobretaxa) de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis,* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), em regime de capitalização composta, por Dias úteis decorridos, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; XVIII. **Pagamento da Remuneração das Debêntures.** Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e, se permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, de resgate antecipado total das Debêntures e de Aquisição Facultativa, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série, a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga semestralmente, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de novembro de 2024, de acordo com as datas indicadas na tabela prevista na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série e, se permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, de resgate antecipado total das Debêntures e de Aquisição Facultativa, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures da Segunda Série, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga semestralmente, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de novembro de 2024, de acordo com as datas indicadas na tabela prevista na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Pagamento da Remuneração"); XIX. **Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado**. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e, se permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, de resgate antecipado total das Debêntures e de Aquisição Facultativa, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas semestrais, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de maio de 2029, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures de cada Série, de acordo com os percentuais da amortização e as datas e percentuais previstos nas tabelas da Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures"); XX. **Local de Pagamento**. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos operacionais adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. XXI. **Prorrogação dos Prazos**. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil, sábado ou domingo, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos; XXII. **Encargos Moratórios**. Sem prejuízo da Remuneração e da Atualização Monetária, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (**i**) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido; e (**ii**) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento pecuniário até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"); XXIII. **Repactuação Programada**. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; XXIV. **Garantia Fidejussória.** As Fiadoras prestarão fiança em favor dos Debenturistas para garantir o pagamento integral e tempestivo das Debêntures ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, assumindo, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadoras e principais pagadoras, solidariamente com a Emissora e entre si, (i) do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas na Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, conforme aplicável; (ii) das obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação, ao Escriturador, à B3 e ao Agente Fiduciário, incluindo sua remuneração; e (iii) das obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido"); XXV. **Garantias Reais.** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos descritos na Escritura de Emissão, a Cabo Serviços e a Videomar, de forma irrevogável e irretratável, constituirão em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias reais ("Garantias Reais" e, em conjunto com as Fianças, as "Garantias"): (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios: em garantia ao pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas relativas às Debêntures, será constituída, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei n° 4.728"), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei n° 10.931"), e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") cessão fiduciária de recebíveis de titularidade da Cabo e da Videomar ("Cessão Fiduciária de Recebíveis"), em um fluxo mínimo mensal equivalente a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), decorrentes da prestação de seus respectivos serviços, nos termos do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Cabo Serviços, a Videomar, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Cessão Fiduciária"), antes da Data da Primeira Integralização. Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Recebíveis estarão previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) alienação fiduciária de equipamentos: em garantia ao pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas relativas às Debêntures, será constituída, pela Cabo Serviços, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, alienação fiduciária: (a) de determinados ativos móveis e/ou equipamentos, conforme listado e especificado no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme definido abaixo) ("Equipamentos") de titularidade da Cabo Serviços; e (b) de todo e qualquer rendimento ou produto resultante da venda, permuta, arrendamento, locação, alienação, outorga de opção e garantia ou disposição do Equipamento que seja permitida nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Recebíveis, as "Garantias Reais" e as Garantias Reais em conjunto com a Fiança, as "Garantias"). A Alienação Fiduciária de Equipamentos será formalizada por meio da celebração do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Cabo Serviços e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia"), antes da Primeira Data de Integralização. Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária de Equipamentos estarão previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos. XXVI. **Possibilidade de Desmembramento.** Não haverá o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. XXVII. **Resgate Antecipado Facultativo Total.** A Emissora poderá, em virtude do disposto na Cláusula 4.21 da Escritura de Emissão "e" ou a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, em período permitido pela Lei 12.431, desde que se observe o disposto no inciso II do artigo 1°, §1°, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, e demais legislações ou regulamentações aplicáveis, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observadas as condições previstas na Escritura de Emissão; XXVIII. **Amortização Extraordinária Facultativa.** Enquanto não expressamente autorizada pela legislação e/ou regulamentação aplicáveis, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora. Caso venha a ser expressamente autorizada pela legislação e/ou regulamentação aplicáveis, as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série poderão ser amortizadas extraordinariamente pela Emissora, observados os termos da referida legislação e/ou regulamentação aplicáveis e condições estabelecidas na Escritura de Emissão; XXIX. **Oferta de Resgate Antecipado.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures de cada Série, a qualquer momento, desde que respeitado o disposto no inciso II do artigo 1°, §1°, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, e demais legislações ou regulamentações aplicáveis e que venham a ser editadas posteriormente. A oferta de resgate antecipado será endereçada a todos os Debenturistas da respectiva Série ou de ambas as Séries, sendo assegurada a todos os Debenturistas da respectiva Série ou de ambas as Séries a igualdade de condições para aceitar ou recusar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). XXX. **Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, ou de outra legislação ou regulamentação aplicável, adquirir as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, condicionado ao aceite do Debenturista vendedor e desde que, conforme aplicável, observem o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nas regras estabelecidas na Resolução CVM n° 77, de 29 de março de 2022 e nas demais regulamentações aplicáveis do CMN ("Aquisição Facultativa"); XXXI. **Vencimento Antecipado.** As Debêntures poderão ser vencidas antecipadamente na ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado a serem definidas na Escritura de Emissão; XXXII. **Demais Características.** As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta; **(ii)** a autorização para que a Diretoria da Companhia possa tomar todas as providências e realizar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, conforme a legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação dos Coordenadores; (b) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Oferta, tais como o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Agente de Liquidação, a B3, os assessores legais, entre outros, podendo para tanto fixar os respectivos honorários, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços; e (c) a negociação e a celebração de quaisquer instrumentos (inclusive eventuais aditamentos) necessários à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, os Contratos de Garantia e dos demais documentos necessários para a realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia, relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas - Presidente: Sr. Denis Marcel Ferreira; Secretária: Sra. Paloma Mansano Teixeira Vellasco; Membros do Conselho de Administração: Cayque Hilmi Hamid Demarqui, Denis Marcel Ferreira, Raghav Nayar, Ricardo Rodriguez e Mark Conrad Fortin. O presente documento é assinado em data posterior de forma digital, permanecendo seus efeitos modulados a partir da data original do documento, qual seja 26 de abril de 2024. *(confere com o original lavrado em livro próprio).* São Paulo, 26 de abril de 2024. Denis Marcel Ferreira - Presidente, Paloma Mansano Teixeira Vellasco - Secretária. JUCESP nº 202.825/24-3 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OUROESTE BIOENERGIA LTDA

CNPJ/MF nº 05.553.456/0001-00 - NIRE 35.217.739.597

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, hora e local: 10/05/2024, às 14:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e presenças**: Dispensada a Convocação, uma vez presentes as sócias representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. **Geovane Dilkin Consul**, Secretário: Sr. **César Augusto Bresciani Araujo**. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **(i)** Seleção, nomeação e contratação da sociedade **Takahashi Consultores Contábeis S.S.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.349.915/0001-70, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Fagundes Filho, nº 191, Ed. Dallas, 6º Andar, Conjunto 62, Vila Monte Alegre, CEP 04304-010, com seus atos constitutivos originalmente registrados perante o 6º Ofício de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 49.827 e atual versão de seus documentos societários registrada perante o 8º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 42.062 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação com a finalidade de redução do capital social; e **(ii)** Com base no laudo de avaliação de data-base de 30 de abril de 2024 elaborado pela Empresa Avaliadora, redução do capital social da Sociedade em **R$ 246.428,79** por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. Em vista disso, o capital social da Sociedade será reduzido da quantia de **R$ 60.386.283,00** para a quantia de **R$ 60.139.854,21**. Em razão da redução de capital ora aprovada, a sócios aprovam o cancelamento de **246.428** quotas sociais de titularidade da sócia **Moema Bioenergia S.A.** Em função do percentual de participação detido pelas sócias, foi decidido, de comum acordo, que a única quota detida pelo sócio **Geovane Dilkin Consul** não será cancelada. Desta forma, o capital social da Sociedade no valor de **R$ 60.139.854,21**, passará a ser dividido em **60.139.854** quotas, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: (i) **60.139.853** quotas sociais para a sócia **Moema Bioenergia S.A.**, e; (ii) 1 quota para a sócia **Geovane Dilkin Consul**. Os efeitos da redução de capital social da Sociedade e o cancelamento das quotas mencionados neste item ficam condicionados à publicação desta deliberação e à ausência de oposição de quaisquer credores quirografários de dívida líquida, certa e anterior à data da referida publicação, dentro do prazo de 90 dias, nos termos do art. 1.084, § 2º do Código Civil, no período de **90 dias** a contar da referida publicação. Em razão da redução do capital social ter afetado exclusivamente o capital social da **Moema Bioenergia S.A.**, as quotistas concordam que a restituição do capital social reduzido será realizada exclusivamente para a sócia **Moema Bioenergia S.A.**; **(iii)** Transcorrido o prazo mencionado acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com a seguinte e nova redação: "*Cláusula 5ª. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 60.139.854,00, dividido em 60.139.854 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias I - Moema Bioenergia S.A. possui 60.139.853 quotas, no valor total de R$ 60.139.853,00; e II - Geovane Dilkin Consul possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00. Parágrafo 1º. Cada quota dará ao seu titular o direito a 1 voto na Reunião de Sócios da Sociedade. Parágrafo 2º. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade. Caso uma quota seja detida por mais de uma pessoa, os direitos conferidos a ela serão exercidos pelo representante do condomínio.*"; **(iii)** Os administradores ficam autorizados a praticar todos os atos e providências necessárias à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** Nada mais a se tratar. Ouroeste/SP, 10/05/2024. Sr. **Geovane Dilkin Consul** (Presidente) e Sr. **César Augusto Bresciani** (Secretário). Sócias: **Moema Bioenergia S.A. e Geovane Dilkin Consul.**

GUARIROBA BIOENERGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 07.398.533/0001-12 - NIRE 35.219.701.244

Ata de Reunião de Sócios Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, hora e local: 10/05/2024, às 13:30 horas, na sede social da Companhia.**Convocação e presenças**: Dispensada a Convocação, uma vez presentes as sócias representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. **Geovane Dilkin Consul**, Secretário: Sr. **César Augusto Bresciani Araujo**. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **(i)** Seleção, nomeação e contratação da sociedade **Takahashi Consultores Contábeis S.S.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.349.915/0001-70, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Fagundes Filho, nº 191, Ed. Dallas, 6º Andar, Conjunto 62, Vila Monte Alegre, CEP 04304-010, com seus atos constitutivos originalmente registrados perante o 6º Ofício de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 49.827 e atual versão de seus documentos societários registrada perante o 8º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 42.062 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação com a finalidade de redução do capital social; e **(ii)** Com base no laudo de avaliação de data-base de 30 de abril de 2024 elaborado pela Empresa Avaliadora, redução do capital social da Sociedade em **R$ 22.796.684,79** por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. Em vista disso, o capital social da Sociedade será reduzido da quantia de **R$ 91.506.058,00** para a quantia de **R$ 68.709.373,21**. Em razão da redução de capital ora aprovada, a sócios aprovam o cancelamento de **22.796.684** quotas sociais de titularidade da sócia **Moema Bioenergia S.A.** Em função do percentual de participação detido pelas sócias, foi decidido, de comum acordo, que a única quota detida pelo sócio **Geovane Dilkin Consul** não será cancelada. Desta forma, o capital social da Sociedade no valor de **R$ 68.709.373,21**, passará a ser dividido em **68.709.373** quotas, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: (i) **68.709.372** quotas sociais para a sócia **Moema Bioenergia S.A.**, e; (ii) 1 quota para a sócia **Geovane Dilkin Consul**. Os efeitos da redução de capital social da Sociedade e o cancelamento das quotas mencionados neste item ficam condicionados à publicação desta deliberação e à ausência de oposição de quaisquer credores quirografários de dívida líquida, certa e anterior à data da referida publicação, dentro do prazo de 90 dias, nos termos do art. 1.084, § 2º do Código Civil, no período de **90 dias** a contar da referida publicação. Em razão da redução do capital social ter afetado exclusivamente o capital social da **Moema Bioenergia S.A.**, as quotistas concordam que a restituição do capital social reduzido será realizada exclusivamente para a sócia **Moema Bioenergia S.A.**; **(iii)** Transcorrido o prazo mencionado acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com a seguinte e nova redação: "*Cláusula 5ª. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 68.709.373,00, dividido em 68.709.373 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias I - Moema Bioenergia S.A. possui 68.709.372 quotas, no valor total de R$ 68.709.372,00; e II - Geovane Dilkin Consul possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00. Parágrafo 1º. Cada quota dará ao seu titular o direito a 1 voto na Reunião de Sócios da Sociedade. Parágrafo 2º. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade. Caso uma quota seja detida por mais de uma pessoa, os direitos conferidos a ela serão exercidos pelo representante do condomínio.*"; **(iii)** Os administradores ficam autorizados a praticar todos os atos e providências necessárias à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** Nada mais a se tratar. Pontes Gestal/SP, 10/05/2024. Sr. **Geovane Dilkin Consul** (Presidente) e Sr. **César Augusto Bresciani** (Secretário). Sócias: **Moema Bioenergia S.A. e Geovane Dilkin Consul.**

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA III DE PINHEIROS

Encontra-se aberto neste Centro de Detenção Provisória III de Pinheiros, situado a Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 1230, Vila Leopoldina – São Paulo/SP CEP 053.10-000, PREGÃO ELETRONICO nº 002/2024, Processo SEI nº 006.00169606/2024-85, que tem como objeto a aquisição de material de limpeza e higiene, para funcionários. A sessão pública será realizada no dia 13/06/2024 as 10h00min. O edital da íntegra será obtido no sítio e-negociospublicos.com.br.

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024
PROCESSO DAAE Nº: 1.307 DE 18/04/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS. Comunicamos a todos os interessados, que a sessão para continuidade deste certame será realizada no dia 03 de junho de 2024 às 09h30min.

Publique-se!
Luciana Ferreira - Pregoeira

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO 90045/2024 - O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90045/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00178721/2023-41, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Materiais Laboratoriais - Imunologia. Data da sessão: 25/06/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.bre no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO 90046/2024 - O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90046/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00177418/2023-21, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material Consumo – Lâmpadas. Data da sessão: 27/06/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

ABERTURA
AVISO CONTRATAÇÃO: 12/2024
PROCESSO: SEI: 024.00076763/2024-20

OBJETO: Contratação do serviço de manutenção preventiva, para Equipamentos Médicos Hospitalares. COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O AVISO DE CONTRATAÇÃO: 12/2024 DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 06/06/2024 ÀS 08:00HS, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.COMPRAS.SP.GOV.BR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 92/2024

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de pulverização e nebulização/atomização portátil (bloqueio nebulização – bn). Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 19/06/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 19/06/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 19/06/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 29 de maio de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 93/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 19/06/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 19/06/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 19/06/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 29 de maio de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Acham-se abertas no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 as licitações a seguir: **1) Reabertura Pregão Eletrônico nº 90055/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00000556-81 RP de mat. hosp.; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 03/06/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 14/06/2024. 2) Pregão Eletrônico nº 90068/2024** - Prot. nº HMMG.2023.00002526-65 Cont. emp. serv. postos de trabalho téc. em recursos humanos e tec. em finanças; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 03/06/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 19/06/2024. 3) Pregão Eletrônico nº 90072/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00000953-90 Cont. emp. serv. loc. canais de bomba de infusão volumétrica linear microprocessada; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 03/06/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 17/06/2024**. Os interessados poderão retirar os Editais a partir do dia 03/06/2024 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.

EMMANUEL CARLOS PIERANGELLI - Diretor Administrativo

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO – AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo SEI 007.00021837/2024-81 – CHAMAMENTO PÚBLICO CA Nº 01/2024 – Encontra-se aberto na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria de Administração, **CHAMAMENTO PÚBLICO para o PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – DOAÇÃO**. As inscrições objeto do presente chamamento público poderão ser apresentadas a qualquer tempo, em até **12 (doze)** meses contados a partir da publicação do edital, mediante envio de mensagem ao correio eletrônico suprimentosagricultura@sp.gov.br. O Edital poderá ser consultado pelos interessados https://www.agricultura.sp.gov.br/editais e www.imprensaoficial.com.br, opção "negócios públicos", ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

COMUNICADO - CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
Processo SAA nº 007.00010754/2024-66 - Pregão Eletrônico SAA nº: 90001/2024

A Chefe de Gabinete comunica que se encontra aberta no GABINETE DO SECRETÁRIO, PREGÃO ELETRÔNICO GAB 90001/2024, destinado a contratação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento do Programa Difusão de Conhecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de 14/06/2024, horário 10:00 horas, no sítio www.gov.br/compras. Informações para consulta do edital no Centro de Licitações e Compras, pelo telefone (11) 5067-0133 ou pelo e-mail suprimentosagricultura@sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÕES ELETRÔNICOS

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertos os pregões eletrônicos abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3625.5010, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs sendo R$ 49,10 (quarenta e nove reais e dez centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. Os editais também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº 107/24**, que cuida da aquisição de equipamentos odontológicos duráveis, com encerramento dia **17.06.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 129/24**, que cuida da aquisição de agulhas/cânulas para biopsia, com encerramento dia **17.06.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 135/24**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de informática, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **17.06.24 às 08h30. Pregão eletrônico Nº 173/24**, que cuida da aquisição de gêneros alimentícios - manteiga com sal, com encerramento dia **17.06.24 às 13h30. Pregão eletrônico Nº 139/24**, que cuida da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de exame psicológico para o porte de arma de fogo, com encerramento dia **19.06.24 às 08h30.**

PMT, aos 29.05.2024.
JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Rodrigo Colauto Taborda - Secretário Municipal de Infraestrutura
PREGÃO ELETRÔNICO nº 151/2024 - PROCESSO n° 17039/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 901512024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA E PÓ DE PEDRA. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 28 de maio de 2024

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO CARLOS -

Encontra-se aberta na Diretoria de Ensino-Região de São Carlos, **Pregão Eletrônico Nº 001/2024**, do tipo menor preço, Processo SEI nº 015.00286262/2024-69, destinado à contratação de transporte de passageiros mediante fretamento em caráter eventual através da constituição de registro de preços pelo período de 12(doze) meses, para esta Diretoria de Ensino, a realização da sessão será no dia 14/06/2024 às 09h:00min, no portal (www.gov.br/compras) compras.sp.gov.br

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90065/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº **PE-90065/2024 - DRS.XV**, do tipo Menor Preço, referente ao **Processo nº 024.00034258/2024-16**, objetivando a compra de **"SACOLAS PLÁSTICAS"** - Entrega Imediata, para atender Demandas Administrativas da sede do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90065/2024-DRS.XV**, será no dia **13/06/2024**, a partir das 13h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

MOEMA BIOENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 49.972.326/0001-70 - NIRE 35.300.517.512

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, Hora e Local: 10/05/2024, às 12:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e presenças**: Dispensada a Convocação, uma vez presentes as representantes da totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente: Sr. **Cesar Augusto Bresciani**; Secretário: Sr. **Daniel Pereira de Almeida Araujo**. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: (i) Ratificar a seleção, nomeação e contratação de empresa especializada para elaboração dos laudos de avaliação para os fins das reduções de capital previstas no Item II, abaixo, pelas Sociedade Controladas, sendo assim nomeada a sociedade **Takahashi Consultores Contábeis S.S.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.349.915/0001-70, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Fagundes Filho, nº 191, Ed. Dallas, 6º Andar, Conj. 62, Vila Monte Alegre, CEP 04304-010, com seus atos constitutivos originalmente registrados perante o 6º Ofício de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 49.827 e atual versão de seus documentos societários registrada perante o 8º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 42.062; (ii) Aprova que Diretores da Companhia compareçam nas deliberações das Sociedades Controladas e votem conforme o que segue: **(ii.a)** a redução do capital social da **Frutal Bioenergia Ltda.** no valor de **R$ 3.275.376,77**, sendo reduzido o capital social de **R$ 87.040.385,00** para o montante de **R$ 83.765.008,23** mediante o cancelamento de **3.275.376** quotas; **(ii.b)** a redução do capital social da **Ouroeste Bioenergia Ltda.** no valor de **R$ 246.428,79**, sendo reduzido o capital social de **R$ 60.386.283,00** para o montante de **R$ 60.139.854,21** mediante o cancelamento de **246.428** quotas; **(ii.c)** a redução do capital social da **Santa Juliana Bioenergia Ltda.** no valor de **R$ 17.886.988,75**, sendo reduzido o capital social de **R$ 175.455.356,00** para o montante **R$ 157.568.367,25** mediante o cancelamento de **17.886.988** quotas; **(ii.d)** a redução do capital social da **Guariroba Bioenergia Ltda.** no valor de **R$ 22.796.684,79**, sendo reduzido o capital social de **R$ 91.506.058,00** para o montante de **R$ 68.709.373,21** mediante o cancelamento de **22.796.684** quotas; e (ii.e) a redução do capital social da **Itapagipe Bioenergia Ltda.** no valor de **R$ 39.617.139,26**, sendo reduzido de **R$ 139.122.523,00** para **R$ 99.505.383,74** mediante o cancelamento de **39.617.139** quotas. **Encerramento**: Nada mais a se tratar. São Paulo, 10/05/2024. Sr. **Daniel Pereira de Almeida Araujo** (Secretário).

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Comunicado - Centro de Licitações e Compras
Processo SAA nº 007.00015431/2024-69 - Pregão Eletrônico IAC nº: 90001/2024

O Instituto Agronômico comunica que se encontra aberta no Instituto Agronômico, PREGÃO ELETRÔNICO IAC 90001/2024, destinado a Aquisição de Óleo Diesel, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de 18/06/2024, horário 09:00 horas, no sítio www.gov.br/compras. Informações para consulta do edital no Centro de Atividades Administrativas VII do IAC, pelo telefone (19) 2137-0710 ou pelo e-mail priscsilva@sp.gov.br ou andcsilva@sp.gov.br.

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se aberto na Penitenciária Feminina Sant'Ana, o PREGÃO (ELETRÔNICO) tipo Menor Preço nº 90005/2024 - Processo nº 006.00131429/2024-64, para aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis (arroz, canela em casaca e cravo da índia)in natura, com entrega parcelada, para uso no preparo das refeições das reeducandas e funcionários desta Unidade Prisional, do Centro de Detenção Provisória Chácara Belém II e do Centro de Detenção Provisória Pinheiros IV, período de maio a agosto de 2024, à **realizar-se em 14/06/2024 às 09:30 horas,** na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Sant'Ana, sito na Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru - CEP: 02088-900 - São Paulo/SP e com inicio para envio da Proposta Eletrônica em **03/06/2024** no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se aberto na Penitenciária Feminina Sant'Ana, o PREGÃO (ELETRÔNICO) tipo Menor Preço nº 90011/2024 - Processo nº 006.00164291/2024-80, para aquisição de Material de Consumo - marmitex de alumínio, à **realizar-se em 13/06/2024 às 09:30 horas,** na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Sant'Ana, sito na Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru - CEP: 02088-900 - São Paulo/SP e com inicio para envio da Proposta Eletrônica em **03/06/2024** no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - TURISMO
Junot de Lara Carvalho - Secretário Municipal de Desenvolvimento
PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024 PROCESSO n° 11.903/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 901032024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE RECEPTIVO TURÍSTICO PARA GESTÃO E REALIZAÇÃO DE 12 GUIAMENTOS DE ATIVIDADES DE AVISTAMENTO DE AVES PARA O PERÍODO DE 2024 A 2025. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:15 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 29 de maio de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Luís Guilherme Gallerani - Secretário Municipal de Governo
PREGÃO ELETRÔNICO nº 111/2024 - PROCESSO n° 12.784/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 901112024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA RENOVAÇÃO ANUAL DE LICENÇAS DO ADOBE CREATIVE CLOUD FOR ENTERPRISE ALL APPS SHARED DEVICE EDUCATION LICENCE, VINCULADAS AO VIP: AB4E9DCC82A673C68BCA JÁ EXISTENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03 DE JUNHO 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 29 de maio de 2024

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 76/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 14.573/2024
OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL OU EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A REALIZAÇÃO DE SESSÕES AMBULATORIAIS DE TERAPIAS DIVERSAS
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 19/06/2024 às 09:30 horas.

Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 - Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 29 de maio de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 53/2024 cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PORTÁTEIS INFORMATIZADOS COM SISTEMA (SOFTWARE MOBILE) COM ACESSO A INTERNET PARA ELABORAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, COM IMPRESSORA TÉRMICA PORTÁTIL E PAPEL TÉRMICO (INSUMOS) CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.** O período de envio das propostas será a partir de 03/06/2024 até 18/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 18/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 03/06/2024. Orlândia, SP, 29 de Maio de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 79/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.** O período de envio das propostas será a partir de 03/06/2024 até 17/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 17/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 03/06/2024. Orlândia, SP, 29 de Maio de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/24 – Registro de Preços para eventual fornecimento de impressão gráfica para as secretarias pertencentes a esta municipalidade, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**. **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09h00min. do dia 03/06/24 até às 09h00min. do dia 14/06/24.** Abertura de Propostas Iniciais**: 14/06/24 às 09h05min.** O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.novobbmnet.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8376 ou diretamente no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 033/2024: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SESSÕES DE OXIGENOTERAPIA EM CÂMARA HIPERBÁRICA PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO NÚCLEO SOCIAL DA SAÚDE; Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS;** (**04/06/2024 – 08:00**) **TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** (**18/06/2024 – 08:00**) **ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** (**18/06/2024 – 08:01**) **INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** (**18/06/2024 – 13:00**) **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*
Publique-se.

Leme, 29 de maio de 2.024
LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK
SECRETÁRIA DE SAÚDE
ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 034/2024: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA; Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS;** (**04/06/2024 – 08:00**) **TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** (**18/06/2024 – 08:00**) **ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** (**18/06/2024 – 08:01**) **INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** (**19/06/2024 – 09:00**) **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*
Publique-se.

Leme, 29 de maio de 2.024.
ALEX ROBERTO VOLPI
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, CIDADANIA E DEFESA CIVIL
ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024
PROCESSO ADM 1DOC Nº 4.444/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO DE RECARGA E MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.
1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL

Em decorrência de decisão quanto à impugnação ao Edital, convocamos os interessados a visualizarem a alteração completa no PNCP e no Site da Prefeitura, desta forma, ficam alteradas as datas do certame, conforme segue:
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 031/2024: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA O SERVIÇO ESPECIALIZADO DE RECARGA E MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA; Edital Na Íntegra: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); www.novobbmnet.com.br; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS; (27/05/2024 – 08:00) TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: (18/06/2024 – 08:00) ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: (18/06/2024 – 08:01) INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: (18/06/2024 – 13:00) REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO"Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura.
Publique-se.

Leme, 28 de maio de 2.024
ALEX ROBERTO VOLPI
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, TRÂNSITO, CIDADANIA
E DEFESA CIVIL ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4519/2024 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 O Prefeito do Município de Bragança Paulista, no uso de suas atribuições legais, considerando as informações da ata de reunião da Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor acerca do julgamento do processo de seleção, do extrato da classificação, da análise dos recursos e do parecer jurídico que passam a integrar o fundamento dessa decisão, tudo constante nos autos do Chamamento Público nº 002/2024, que tem por objeto a SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, EM REGIME DE PARCERIA, PARA CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM O MUNICÍPIO PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO MEDIANTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PARA O PROGRAMA DE ESCOLA INTEGRAL, bem como a ratificação da Secretária Municipal de Educação, RESOLVE: DESACOLHER OS RECURSOS interpostos pelas OSCs ASSOCIAÇÃO JOSEENSE DE AÇÃO SOCIAL (AJAS) e CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC), pelas razões constantes nos autos, as quais adoto como razão de decidir, ficando mantida a decisão do resultado preliminar de inabilitação. ACOLHER O RECURSO interposto pela OSC INSTITUTO GLOBAL ATITUDE - IGA, pelas razões constantes nos autos, as quais adoto como razão de decidir, para habilitar a entidade, e DESCLASSIFICAR a entidade após atribuição da pontuação conforme item 10.8 (TABELA) do Edital, uma vez que a nota "zero" atribuída no item E e F, implica automaticamente na sua desclassificação, nos termos do item 10.9 do Edital. HOMOLOGAR o resultado do presente Chamamento Público em favor de INSTITUTO COMUNITÁRIO DE VALORIZAÇÃO À VIDA – ICVV, inscrito no CNPJ sob o nº 00.908.512/0001-50, com sede na Rua Barão de Jundiaí, nº. 523, Lapa – Município de São Paulo – SP, no valor mensal de R$ 709.923,32 (setecentos e nove mil novecentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos), e R$ 8.519.079,84 (oito milhões quinhentos e dezenove mil setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), para o período de 12 meses. Bragança Paulista, 28 de maio de 2024. Prof. AMAURI SODRÉ DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL.

Governança da Petrobras foi desenhada para privilegiar decisão técnica, diz diretor

O diretor de Governança da Petrobras, Mário Spinelli, defendeu terça-feira o sistema de governança da estatal, em evento sobre práticas ESG organizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). "Temos um modelo de governança na Petrobras, construído desde 2016, principalmente pós-Lava Jato, que foi desenhado de forma a privilegiar decisões técnicas, para fazer com que o processo decisório seja baseado em decisões técnicas. Esse modelo tem princípios muito importantes, como a segregação de funções e compartilhamento decisório. Decisões estratégicas para a companhia não são tomadas sozinhas e têm que ter aderência ao Plano Estratégico", disse Spinelli. A fala vem no dia seguinte à primeira entrevista coletiva da nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, que defendeu maior agilidade na execução de projetos e disse que o compliance não pode ser "imobilizador." Nos bastidores da transição de comando da Petrobras, comentava-se que Spinelli estava ameaçado no cargo, o que agora vem sendo negado por fontes próximas ao Conselho de Administração (CA) da empresa e do próprio governo federal. Spinelli foi nomeado em 26 de abril de 2023, com mandato de dois anos, prerrogativa específica do diretor de governança da empresa e que nenhum dos outros diretores têm. Por isso, para substituí-lo, mais do que a vontade de Magda, é necessário ter dois terços dos votos do CA.

Relator do Mover publica novo parecer com taxa de 25% sobre importados até US$ 50

O deputado federal Átila Lira (PP-PI) reduziu a proposta de taxação sobre o e-commerce para 25%, ao publicar, terça-feira, 28, novo relatório do projeto que cria o Mover, programa de incentivos à produção de carros sustentáveis.

O novo porcentual se refere aos produtos importados até US$ 50 e substitui a ideia de aplicar uma taxa de 60% sobre essas mercadorias.

A partir de US$ 50, o porcentual volta a ser 60%, segundo o parecer. Além disso, fixa um limite de US$ 3.000 para as remessas. A taxa foi fixada no relatório após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ter se reunido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto.

Na ocasião, segundo fontes, Lira defendeu a manutenção da taxação, enquanto Lula sustentou suas razões para vetá-la. Após o encontro, Lira se reuniu com líderes partidários e disse que Lula procuraria um "meio-termo".

TJ derruba liminar e destrava programa habitacional de Ricardo Nunes em SP

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP), desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, derrubou liminar que anulou uma série de etapas da licitação do programa habitacional "Pode Entrar", uma das vitrines eleitorais do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em São Paulo.

O magistrado considerou que a paralisação das obras em milhares de imóveis adquiridos traz mais prejuízos do que o eventual descumprimento das regras do edital pela própria Prefeitura no que se refere a prazos de concorrência.

A liminar havia sido expedida pela 8ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo e determinava que todas as fases do processo realizadas a partir de 21 de janeiro de 2023 fossem refeitas, por conta de uma modificação nos preços de referência do metro quadrado a cinco dias da abertura dos envelopes. O juiz de primeira instância entendeu que essa alteração tinha o potencial de influenciar substancialmente no certame e elevar os custos ao poder público. Por conta disso, a prefeitura deveria ter reiniciado o prazo previsto de 49 dias para recebimento das propostas.

Na decisão desta terça-feira, 28, que atende a recurso do município, o presidente do TJ argumenta que a anulação do procedimento concluído há mais de um ano suspende contratos já firmados com 21 empreendimentos e prejudica o cronograma de entrega de 10.018 unidades habitacionais. "E pelo exposto, com obras já iniciadas, inequívoco o prejuízo ao planejamento inerente a um setor sensível da administração pública, exatamente o habitacional, de evidente impacto social", aponta o desembargador.

De cada 10 processos na Justiça, 8 acabam na 1ª instância, diz levantamento

De cada dez processos que dão entrada na Justiça, oito acabam na primeira instância. A informação consta do Anuário da Justiça Brasil 2024 e põe em xeque a versão corriqueira de que as ações caminham lentamente por causa do excesso de recursos disponíveis nos códigos vigentes.

O Anuário é produzido pela Editora Consultor Jurídico (ConJur). O documento é uma análise minuciosa do fluxo de feitos que batem à porta da Justiça.

O estudo destaca que o Supremo Tribunal Federal está permanentemente no noticiário, mas é nas varas e juizados de primeiro grau que 80% das demandas são resolvidas.

O mapeamento mostra que, em 2023, enquanto chegavam 28 milhões (81% do total) de casos novos à primeira instância, os tribunais de segundo grau - responsáveis pelo julgamento de recursos e algumas ações originárias, como aquelas que envolvem autoridades e políticos com foro por prerrogativa de função -, recebiam cerca de seis milhões de processos (17% do total).

Os tribunais superiores, em Brasília, receberam menos de um milhão de novos feitos, o equivalente a apenas 2% do total.

Quando se trata do STF, que não entra nesse cálculo, a relação é ainda mais extrema. Os cerca de 80 mil novos processos que ingressaram na Suprema Corte em 2023 representaram apenas 0,2% do total de casos novos de todo o Judiciário. Ou seja, a cada processo que vai à mais alta corte, 500 chegam nas instâncias anteriores, indica o Anuário.

STF vai decidir se aposentadoria por doença incurável deve ser paga de forma integral

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se o pagamento de aposentadoria por incapacidade causada por doença grave, contagiosa ou incurável deve ser paga de forma integral ou seguir regra estabelecida pela Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019). A discussão, objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1469150, teve repercussão geral reconhecida (Tema 1.300) por maioria de votos no Plenário Virtual. Ainda não há data prevista para o debate do mérito do recurso.

Os ministros vão discutir a alteração feita pela Reforma da Previdência no cálculo da aposentadoria por doença grave, contagiosa ou incurável. A mudança definiu que, nesses casos, o valor mínimo do benefício será de 60% da média aritmética dos salários do trabalhador, com acréscimo de 2 pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder a 20 anos.

No Supremo, um segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) afirma que a norma é inconstitucional por violar o princípio da irredutibilidade do valor de benefícios previdenciários, previsto na Constituição. O INSS, por sua vez, defende a mudança e argumenta que ela buscou garantir o equilíbrio financeiro para o sistema de previdência pública do país.

Manifestação

Ao se manifestar sobre a repercussão geral, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, destacou que há, até o momento, 82 casos semelhantes que questionam a mudança feita pela Reforma da Previdência, o que demonstra a relevância do debate. Ressaltou, ainda, a natureza constitucional da controvérsia e sua relevância, sob os pontos de vista econômico, político, social e jurídico.

Mantida apuração do CNJ contra desembargador do TRF-6 por morosidade

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que abriu uma reclamação disciplinar contra o desembargador Evandro Reimão dos Reis, do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6).

Na sessão virtual encerrada em 24/5, o colegiado acompanhou o voto do ministro Cristiano Zanin (relator), que havia negado o Mandado de Segurança (MS) 39543, em que o desembargador pedia a anulação do ato do CNJ. Ao analisar o recurso contra sua decisão individual, o ministro apontou que os argumentos trazidos pela defesa do magistrado eram os mesmos já rejeitados anteriormente, sem nenhum elemento novo capaz de modificá-la. Entre as alegações estão a suposta inconsistência nas provas e nos fatos que levaram à instauração do procedimento e cerceamento de defesa.

De acordo com Zanin, não houve ilegalidade ou abuso no procedimento.

Morosidade - Reimão dos Reis é alvo de apuração do CNJ por supostas violações aos deveres funcionais.

Judiciário pode gerir valores de acordos em Juizados Especiais, decide STF

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou normas que regulamentam a gestão pelo Poder Judiciário dos recursos provenientes de multas fixadas em acordos entre o Ministério Público e acusados de crimes de menor potencial ofensivo. Para o colegiado, a matéria não envolve direito penal ou processual penal e se insere no âmbito da regulamentação administrativa.

(Foto: EBC)

No voto que conduziu o julgamento, o ministro Nunes Marques observou que a administração do cumprimento da pena privativa de liberdade cabe ao Poder Judiciário.

As multas são fixadas como requisito para a suspensão condicional de processo ou transação, formas de acordos previstos na Lei dos Juizados Especiais. A matéria foi tratada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5388, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que alegava, entre outros pontos, que, como é atribuição do MP propor a transação penal e a suspensão condicional de processos, também lhe caberia gerir os recursos provenientes dessas negociações.

Por maioria de votos, o colegiado declarou constitucionais resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) que atribuem ao juízo da execução penal a administração desses recursos e determina a abertura de conta exclusiva para esse fim.

Segundo a norma do CNJ, os recursos serão destinados às vítimas dos crimes e a seus dependentes, a entidades públicas ou privadas de caráter social, previamente conveniadas, ou a atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde.

Competência do Judiciário - No voto que conduziu o julgamento, o ministro Nunes Marques observou que a administração do cumprimento da pena privativa de liberdade cabe ao Poder Judiciário. Assim, também cabe ao Judiciário administrar o cumprimento das medidas alternativas, entre elas as multas. Em seu entendimento, a norma do CNJ se limitou a regulamentar o exercício dessa competência, buscando sua uniformização nos tribunais do país.

Ainda segundo o relator, não houve usurpação da competência legislativa privativa da União, uma vez que a matéria não tem natureza de direito penal ou processual penal, mas se insere no âmbito da regulamentação administrativa. Para Nunes Marques, por falta de previsão constitucional, não cabe mesmo ao Ministério Público administrar nem disciplinar o destino desses recursos.

A decisão do colegiado, tomada na sessão virtual encerrada em 17/5, declarou a constitucionalidade da Resolução 154/2012 do CNJ e da Resolução 295/2014 do CJF. Ficou vencido o relator, ministro Marco Aurélio (aposentado), que julgava procedente o pedido da PGR.

STF suspende reintegração de posse do Complexo Mutamba, no Pará

(Foto: EBC)

Ministro Cristiano Zanin determinou que desocupação siga o regime de transição fixado pelo STF.

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a ordem de reintegração de posse do Complexo Mutamba, localizado no Município de Marabá (Pará). A área é ocupada por cerca de 200 famílias da Associação Rural Terra Prometida e outras entidades rurais. De acordo com a decisão, o processo de remoção deve observar o regime de transição definido pelo Supremo na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828. Nessa ação, a Corte determinou que os tribunais instalem comissões de conflitos fundiários e façam inspeções judiciais e audiências de mediação, como etapa prévia e necessária às ordens de desocupação coletiva. A decisão foi tomada na Reclamação (RCL) 68528. A Associação Rural Terra Prometida, representada pela Defensoria Pública do Pará, argumentava que o Juízo da Vara Agrária de Marabá (PA) havia julgado procedente o pedido de reintegração de posse e, antes do transcurso do prazo de apelação, determinou a remoção de famílias.

Regime de transição - Ao conceder a liminar, o ministro Zanin observou que a decisão que autorizou a remoção das famílias não tem nenhuma fundamentação para deixar de aplicar o regime de transição imposto pelo Supremo. Assim, determinou que a Vara Agrária de Marabá obedeça essa orientação, em especial com o encaminhamento do processo à Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Pará e a realização de inspeção judicial antes da eventual desocupação forçada dos moradores.

Tribunais de MT, MS e TO pagaram R$ 115 mil por mês a cada magistrado em 2023

Três tribunais de justiça estaduais desembolsaram mais de R$ 115 mil por mês ao longo do ano passado com cada um de seus magistrados. Os pagamentos estouram o limite constitucional do teto salarial dos servidores, R$ 44 mil pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal.

A performance se deu nos Tribunais de Mato Grosso do Sul (média de R$ 120,3 mil/mês pagos a cada magistrado), Mato Grosso (R$ 116,6 mil) e Tocantins (R$ 111 mil). As três Cortes estaduais - classificadas como de 'pequeno' e 'médio porte' pelo Conselho Nacional de Justiça - são os únicos tribunais estaduais que gastaram mais de R$ 100 mil por mês com cada um de seus magistrados, segundo o 'Justiça em números 2024' - publicação do CNJ que faz um raio-x dos dados do Judiciário.

Ao longo de 2023, o Judiciário consumiu R$ 132,8 bilhões do Tesouro. A média mensal de subsídios pagos aos juízes em todo o País foi de R$ 68 mil. Nos tribunais de Mato Grosso, Tocantins e Mato Grosso do Sul a média foi quase o dobro. Entre os três tribunais, o de Mato Grosso é o que tem o maior número de magistrados (275) seguido da Corte de Mato Grosso do Sul (219) e do Tocantins (119). O 'Justiça em números' consolida estatísticas de 91 órgãos, sem contar o Supremo Tribunal Federal e o próprio CNJ. Ele contém dados dos 27 Tribunais de Justiça Estaduais, seis Tribunais Regionais Federais, 24 Tribunais Regionais do Trabalho, 27 Tribunais Regionais Eleitorais, três Tribunais de Justiça Militar Estaduais, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar. Considerando a média despendida com magistrados, por mês, nos diferentes ramos da Justiça, os braços que mais gastam são: militar estadual (R$ 76.577); cortes superiores (R$ 74.603); estadual (R$ 73.777); federal (R$ 60.043); trabalho (R$ 50.957); e eleitoral (R$ 9.389). A média geral gasta pelos tribunais com magistrados é de R$ 68.057.

Supremo realiza audiência de conciliação sobre Mina Onça Puma, no Pará

Em audiência de conciliação realizada no Supremo Tribunal Federal (STF) segunda-feira (27), a mineradora Vale e o Estado do Pará realizaram uma primeira rodada de conversas sobre a licença de operação da Mineração Onça Puma, no Município de Ourilândia do Norte (PA). A reunião foi convocada pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, relator dos processos que questionam decisão do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) de suspender os efeitos da licença do empreendimento para extração de níquel. O estado alega suposto descumprimento de condicionantes ambientais pela mineradora, por isso questiona a licença para o empreendimento. A questão está sendo analisada pelo STF nas Suspensões de Tutela Provisória (STPs) 1013 e 1014.

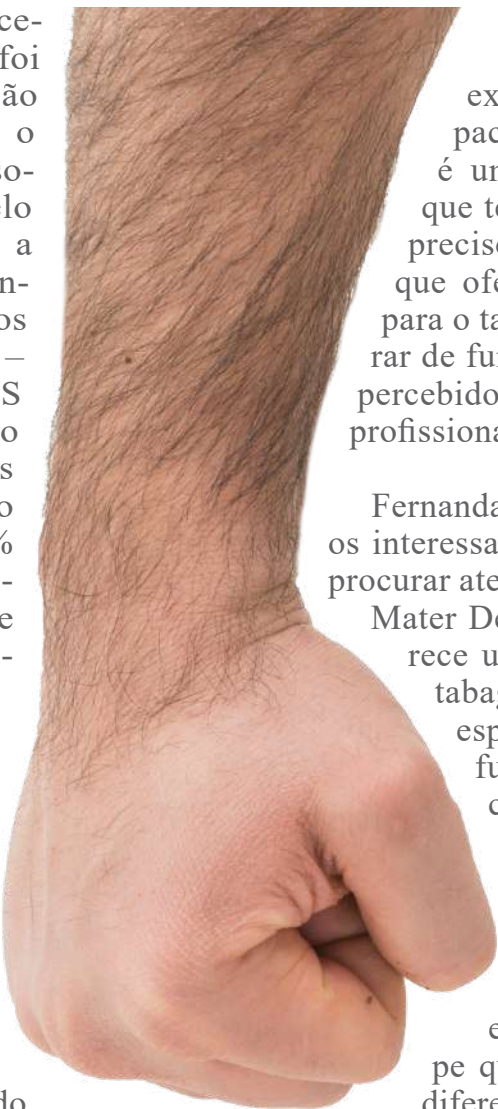
Na audiência, a Vale e o estado se alinharam em relação às questões consideradas mais sensíveis na disputa, como a remoção da população que vive no local da extração de níquel. A empresa disse que houve dois acordos para remoção das famílias afetadas, com reassentamento e indenização, e que há um plano de permanência na comunidade, com a previsão de benfeitorias. A Vale disse estar aberta a compreender melhor as necessidades da população local. Já o estado afirmou ser necessário que a empresa disponibilize sociólogo e equipe multidisciplinar para um acompanhamento permanente das comunidades. A Vale se comprometeu a reapresentar os relatórios de impacto social, especialmente sobre os programas de comunicação social, educação ambiental e saúde. A proposta da mineradora é fazer um novo edital para a concessão de bolsas de estudos à população, em parceria com as Secretarias de Assistência Social dos Municípios de Ourilândia e Tucumã. A ideia é que as bolsas contemplem não só pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também os alunos afetados com o fechamento das escolas no local da mineração.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Dia Mundial Sem Tabaco: entenda sobre a data que aborda os malefícios do tabagismo

O tabagismo é a principal causa de morte evitável no mundo e seu uso está relacionado a mais de cinquenta doenças

O Dia Mundial Sem Tabaco, celebrado em 31 de maio, foi instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o propósito de alertar a sociedade sobre os danos à saúde causados pelo cigarro, e também para promover a luta contra o tabagismo – ato de consumir cigarros e/ou outros produtos que contenham tabaco e nicotina – uma prática considerada pela OMS como uma epidemia global. O uso do tabaco está relacionado a mais de cinquenta tipos de doenças, é o responsável direto por mais de 80% dos casos de câncer de pulmão e representa a principal causa de morte evitável no planeta, com 10 mil óbitos diariamente.

O cigarro industrial possui mais de 4.500 substâncias tóxicas em sua composição, e, assim como os cigarros eletrônicos, narguilés, cachimbos e charutos, não há forma ou quantidade seguras para o seu uso. Atualmente, são vários os tipos de assistências médicas especializadas e de políticas eficazes para reduzir o consumo de tabaco. Segundo a médica pneumologista Fernanda Aguiar, Coordenadora da Medicina Respiratória da Rede Mater Dei, dentre os diversos tipos de enfermidades com as quais o cigarro está associado, destacam-se as doenças respiratórias, cardiovasculares e diferentes tipos de câncer, para além do câncer de pulmão. A especialista destaca que, de maneira geral, os principais sintomas das doenças relacionadas ao tabagismo envolvem tosse e dispneia.

Tratamentos:

A pneumologista aponta que existem meios que facilitam um paciente a parar de fumar: "Não é uma tarefa fácil para a pessoa que tem o hábito, mas é possível. É preciso ter apoio e buscar um espaço que ofereça assistência e tratamento para o tabagismo. Os benefícios de parar de fumar são inúmeros e podem ser percebidos já desde o início", destaca a profissional.

Fernanda Aguiar salienta, ainda, que os interessados em parar de fumar devem procurar atendimento e apoio: "O Hospital Mater Dei Salvador, por exemplo, oferece um programa de tratamento de tabagismo completo com médicos especialistas, destinado a quem fuma tanto os cigarros convencionais, quanto os eletrônicos", explica.

Além disso, a Rede Mater Dei dispõe de um Laboratório de Função Pulmonar com equipamentos de ponta e equipe qualificada para a realização de diferentes tipos de exames que auxiliam na investigação de doenças e sintomas respiratórios. "O Programa de Tratamento de Tabagismo é desenvolvido pela Equipe de Pneumologia do Hospital Mater Dei Salvador, e conta com avaliação clínica estruturada, orientações para parada do uso do cigarro ou dispositivo eletrônico para fumar e tratamentos medicamentosos quando necessário", conclui a Coordenadora da Medicina Respiratória do Hospital.

(Foto: Divulgação/Instagram @notyaki)

Ministério da Saúde lança campanha nacional de vacinação contra a pólio

Criada pela agência Nova, a ação incentiva a imunização de crianças menores de cinco de anos

(Foto: Unsplash)

A campanha nacional de vacinação contra a poliomielite, do Ministério da Saúde, começou dia 27 de maio e se encerra em 14 de junho. Criada pela Nova, as peças trazem o conceito "Vacinação contra a pólio. Cuide bem dos nossos futuros campeões". O público-alvo são pais, responsáveis e cuidadores de crianças com idade entre um e cinco anos, que podem buscar a imunização gratuitamente nas mais de quarenta e sete mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) distribuídas em todo o território nacional.

As peças serão veiculadas nos principais veículos de mídia digital e off-line. A campanha tem como inspiração a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos de Paris para lembrar pais e responsáveis de vacinar os seus futuros campeões. Tudo isso, com uma narrativa leve, divertida, mas que busca promover engajamento para que todas as crianças dessa faixa etária sejam vacinadas.

"Atuar na estratégia de divulgação de uma campanha de impacto nacional, com o propósito de levar informação a milhões de pessoas e incentivar uma das principais práticas sociais e de saúde pública, que é a vacinação, é muito gratificante. Estamos fortalecendo a confiança na cultura de proteção das nossas crianças", conta Márcio Nazianzeno, redator da Nova.

O filme principal da campanha conta com a narração e participação do Zé Gotinha, mascote histórico brasileiro, que foi criado em 1986, para divulgação da primeira campanha de vacinação contra a poliomielite. Nas imagens, crianças menores de cinco anos vestindo o uniforme verde e amarelo do Movimento Nacional Pela Vacinação, praticam as mais diversas modalidades de esportes olímpicos com incentivo e apoio do Zé Gotinha.

A ação também apresenta um segundo filme sobre o Dia D de Combate à Pólio, em 8 de junho, sábado, uma mobilização de incentivo à vacinação em todo o Brasil, que promove um dia mais flexível para os pais e responsáveis levarem as crianças à UBS mais próxima.

Nesta campanha de vacinação contra a pólio, pela última vez em 44 anos, o Brasil utilizará a vacina VOP (gota), que será substituída, a partir do 2º semestre de 2024, pela vacina VIP (injetável), de forma exclusiva como proteção à paralisia infantil. De acordo com o Ministério da Saúde, não há nenhum caso de registro do vírus no Brasil desde 1990, devido ao resultado da intensificação da vacinação, que é a única forma de prevenção da doença.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEDICINA & SAÚDE

Dengue: pediatra aponta cuidados especiais com bebês abaixo de dois anos

Mães, pais e/ou responsáveis precisam estar atentos para identificar possível quadro de dengue em bebês, que têm dificuldade em expressar sintomas relacionados à dor

Com recordes alarmantes de casos de dengue em todo o país, a preocupação se volta especialmente para os públicos com maior fragilidade, que são os bebês e os idosos. No caso dos menores de dois anos, que geralmente ainda não sabem se comunicar, o olhar atento dos pais e responsáveis precisa ser redobrado. A médica pediatra Juliana Okuyama, do Vera Cruz Hospital, em Campinas (SP), destaca alguns pontos de atenção, para um diagnóstico e tratamento oportunos, evitando assim o agravamento dos sintomas.

"Os sinais de dengue são febre, dor de cabeça, dor atrás dos olhos, dor no corpo, vômito, diarreia e manchas vermelhas na pele, que geralmente aparecem por volta do quarto ao quinto dia da doença. Como os bebês não sabem ainda falar, é importante estar alerta para alguns destes sintomas e ficar atento se o bebê está mais choroso ou apresenta mudança de comportamento, além da presença da febre", explica.

Os sintomas da dengue são comuns a outras infecções virais benignas na infância e é necessário um olhar atento do pediatra. Os sinais de gravidade e que exigem avaliação médica imediata são vômito persistente, dor abdominal, pele fria e pálida, sonolência ou agitação, sangramento, diminuição da urina e dificuldade para respirar.

(Foto: Matheus Campos)

Dra. Juliana Okuyama

De acordo com a especialista, para o diagnóstico até o terceiro dia do início dos sintomas pode ser realizado um teste rápido de sangue (NS1 dengue) e o hemograma, que apresentam alterações típicas da doença e podem auxiliar na confirmação. Uma vez diagnosticada a dengue, a criança deve fazer acompanhamento clínico e laboratorial a cada 48 horas até plena recuperação.

"O tratamento, no caso dos bebês, geralmente inclui as medicações para controle da febre, do vômito e hidratação calculada de acordo com o peso da criança. Do volume total de hidratação, 1/3 será dado com soro de hidratação oral. Uma dica pra melhorar a aceitação desse soro é fazer picolé ou gelatina sem sabor", sugere.

A médica ainda alerta que, sob nenhuma hipótese, em caso de suspeita de dengue, deve-se administrar medicamentos anti-inflamatórios. "Jamais usar o ibuprofeno, que pode aumentar o risco de sangramento", explica. Por isso, o importante é não tentar amenizar os sintomas por conta própria, mas, sim, com a ajuda e a orientação de uma equipe médica.

A recuperação ocorre por volta de sete dias com resolução completa dos sintomas e melhora dos exames laboratoriais. Quando o tratamento é instituído oportunamente, não há sequelas.

Prevenção

Diante deste cenário, a melhor alternativa é prevenir para que os pequenos não sejam picados pelo mosquito transmissor (Aedes aegypti). A pediatra sugere repelentes conforme a faixa etária:

A partir de dois meses – repelente a base de icaridina, com baixa concentração do produto (10%), com reaplicação conforme orientação do fabricante.

A partir de seis meses – repelente a base de IR3535 (etil butilacetilaminopropionato), que deve ser reaplicado a cada 4 horas.

A partir de dois anos – repelente a base de DEET (N,N-Dietil-m-toluamida), com baixa concentração do produto (10%), com reaplicação conforme instruções da embalagem.

"Outras medidas de proteção são telas em portas e janelas, uso de repelentes de ambiente contendo citronela, como velas e óleos aromáticos. Roupas longas que protegem maior parte do corpo do bebê, quando possível".

Vacina

Recém criada, a vacina contra a dengue, por enquanto, é liberada para a faixa etária de 4 a 60 anos e baseia-se em estudos de eficácia e segurança. Por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) está disponível nos postos de saúde para crianças com idade de 10 a 14 anos. No entanto, na rede particular é possível vacinar outras faixas etárias.

"O esquema vacinal completo inclui duas doses, porém, a primeira já atinge 80% de proteção. A vacina é contraindicada para gestantes, lactantes, pessoas com imunodeficiência primária ou adquirida e para pessoas que tenham tido reação de hipersensibilidade à dose anterior", orienta.

(Foto: PeopleImages/GettyImages)

Calvície feminina tem tratamento? Confira mitos e verdades sobre o assunto

De acordo com SBD, Sociedade Brasileira de Dermatologia, 30% das mulheres terão problemas relacionadas à calvície; médica da rede Estúdio Mais fala sobre como a queda de cabelos pode impactar a autoestima do público feminino

(Foto: Divulgação/Canva)

Apesar de mais comum em homens, a calvície também é um problema que pode afetar mulheres. De acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), 30% delas terão problemas relacionados à calvície, podendo ser ocasionado por inúmeros fatores, mas, o mais comum, é a hereditariedade, começando normalmente já na puberdade e se agravando ao longo dos anos.

De acordo com a dra. Ticiana Garrido, médica da rede de clínicas de estética e medicina avançada Estúdio Mais, é importante não confundir a calvície com queda capilar, que é mais comum nas mulheres. "Para ambos os problemas existe tratamento, e é sempre indicado que o dermatologista avalie e veja qual o procedimento mais indicado para cada caso", comenta a profissional.

Para esclarecer algumas dúvidas frequentes, a especialista desvendou alguns mitos e verdades sobre a calvície feminina e seu tratamento:

As causas da calvície são variadas - *VERDADE*

A Dra. Ticiana explica que, sim, são diversas as causas para a calvície, entre elas, uso de medicamentos, doenças, entre outros, no entanto, a maioria é causado pela hereditariedade.

"Na maior parte dos casos, esse problema já vem de família, mas mesmo quando não existe esse gene, existe a possibilidade de a pessoa passar por esse problema por outros motivos", afirma a médica.

Calvície e queda capilar são a mesma coisa – *MITO*

A calvície é um tipo de queda capilar, mas é importante deixar claro que nem todo tipo de queda trata-se de calvície. "A pessoa pode sofrer com a queda durante a amamentação, doenças como dengue e Covid, mas não significa que ela tenha o gene da calvície", esclarece a especialista.

Não existe tratamento para calvície – *MITO*

Esse é mais um mito. Muitas pessoas, segundo a Dra, acreditam que seja um problema sem solução, o que não é verdade.

"Hoje em dia existem muitas opções para tratar a calvície, mas tudo vai depender da causa. Existem tratamentos tópicos, remédios e até mesmo laser que ajudam a controlar a queda", comenta.

Problemas hormonais podem causar calvície – *VERDADE*

Os problemas hormonais, como síndrome do ovário policístico, afetam milhares de mulheres e estão ligados à calvície.

"Nesse caso, a mulher pode sofrer com afinamentos dos fios ou queda de cabelo, que pode levar à calvície, principalmente se a mulher tem o gene da alopecia", explica a Dra.

Entre os tratamentos, podemos destacar soroterapia, enzima capilar, PDRN, carboxiterapia, entre outros.

O estresse é uma das causas da calvície feminina – *VERDADE*

Já sabemos que estresse e ansiedade são comuns e podem contribuir para diversos problemas físicos, virando até mesmo doenças, com a calvície não é diferente. "Nesse caso é ainda mais importante procurar um tratamento adequado, pois pode virar um ciclo vicioso: a pessoa tem problemas psicológicos, o cabelo cai e os problemas aumentam por conta dessa queda", esclarece.

A calvície só afeta adultos – *MITO*

O gene da calvície pode, segundo a Dra., aparecer logo na puberdade, mas vai se agravando ao longo da vida. "É claro que é mais difícil que aconteça nos jovens, mas eles também são afetados por esse problema", finaliza.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Prefeitura sedia Semana do Meio Ambiente para debater importância da preservação ambiental

Encontros acontecem no Hub Green Sampa e vão contar com palestras e painéis sobre o tema

(Foto: Divulgação)

O Centro de Inovação Verde Bruno Covas - Hub Green Sampa vai receber, nos dias 5 e 6 de junho, líderes do mercado de tecnologia e inovação para debater a importância da preservação ambiental. Os encontros ocorrem durante a Semana do Meio Ambiente, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. Todas as palestras são gratuitas e as inscrições para as atividades devem ser feitas pelo site(sympla).

Além das discussões acerca dos problemas ambientais no planeta, o encontro tem como objetivo promover as iniciativas da Prefeitura de São Paulo neste setor, a fim de ativar e engajar os projetos e programas pensados para conscientizar a respeito da importância de preservar os recursos naturais. Os encontros buscam, ainda, criar uma postura crítica e ativa em relação ao tema, compartilhar experiências do mercado privado e público e apresentar as ações futuras."Startups verdes desempenham um papel crucial na construção de um futuro sustentável, ao desenvolverem soluções inovadoras que protegem o meio ambiente e promovem a economia verde. O evento no Centro de Inovação Verde Bruno Covas - Hub Green Sampa é uma excelente oportunidade para destacar e fortalecer essas iniciativas, essencial para a preservação dos recursos naturais e a construção de uma São Paulo mais sustentável. A Semana do Meio Ambiente é um momento importante para refletirmos sobre o impacto positivo que essas startups podem ter em nosso planeta", declarou a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Eunice Prudente.

O evento é realizado pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa), em parceria com as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, de Relações Internacionais e Executiva de Mudanças Climáticas.

Além de palestras e painéis, também serão apresentados programas municipais como a aceleração Green Sampa que contempla diferentes agendas de sustentabilidade e é voltado para empresas ligadas ao setor de economia verde, negócios ambientais e tecnologias verdes. A iniciativa, que está na quinta edição, tem o intuito de disseminar a cultura e a educação empreendedora e fomentar a inovação, tecnologia e sustentabilidade da cidade de São Paulo.

Em 2024, a Semana do Meio Ambiente tem como tema 'Acelerar a restauração da terra, a resiliência à seca e o progresso da desertificação', proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com encontros realizados em todo o mundo, a iniciativa tem o objetivo de incluir a sociedade na discussão sobre a preservação do patrimônio natural e dos diferentes tipos de ecossistemas.

"A Semana do Meio Ambiente é uma grande oportunidade para fortalecermos o debate sobre a importância de refletir e agir em prol do nosso planeta. Além de apoiar no aperfeiçoamento de políticas públicas de impacto, estes encontros também são valiosos para fomentar uma participação ativa da sociedade, algo fundamental neste processo. Buscamos um diálogo inclusivo, onde cada cidadão se sinta parte integrante e responsável pela preservação do meio ambiente", diz o presidente da Ade Sampa, Renan Vieira.

Programação:

Congresso Semana do Meio Ambiente - 05/06

14h30 - Welcome Coffee

15h - Abertura - Renan Vieira e Musa Miranda, presidente e diretora da Ade Sampa, respectivamente

15h10 - Palestra - André Palhano, fundador da Virada Sustentável

15h30 - Palestra - Juliana Nobre, gerente de Sustentabilidade Pluxee

16h - Painel - startups dos programas de aceleração da Ade Sampa

17h - Palestra - Armando Jr., secretário adjunto municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho

18h – Encerramento

Congresso Semana do Meio Ambiente - 06/06

14:h00 - Welcome Coffee

15h - Abertura - Renan Vieira e Musa Miranda, presidente e diretora da Ade Sampa, respectivamente

15h10 - Palestra - professor Marcus Nakagawa, ESPM

16h - Painel - startups dos programas de aceleração da Ade Sampa

17h - Palestra - Alessandro Bender, coordenador da Virada ODS (SMRI), e André Previato, coordenador de Mudanças Climáticas (SECLIMA)

18h – Encerramento

Com participação da sociedade, empresas e governo, Japão é o maior reciclador de lixo eletrônico da Ásia

Relatório GEM das Nações Unidas revela que país asiático reaproveita 613 mil toneladas de dispositivos descartados; Movimento Circular esteve no Japão e compartilha experiências em congresso internacional

(Foto: Divulgação)

Com altos índices de reciclagem de lixo eletrônico e reaproveitamento de recursos na cadeia produtiva, o Japão é uma sociedade voltada para o modelo de economia circular e pode servir de exemplo para outros países, inclusive o Brasil.

De acordo com o relatório das Nações Unidas Global E-waste Monitor (GEM), o Japão produziu 2,6 milhões de toneladas de lixo eletrônico em 2022 e reciclou 613,4 mil toneladas – um percentual de 23,25% de aproveitamento que coloca o país como o maior reciclador de aparelhos eletrônicos da Ásia.

Pela limitação de recursos naturais e espaço demográfico, o Japão é um candidato natural à reciclagem e reaproveitamento de materiais, mas a motivação do país não é apenas econômica. A sociedade japonesa abraçou a cultura da circularidade e possui políticas públicas avançadas que direcionam a produção industrial e coleta de resíduos, bem como educacionais, onde as crianças aprendem desde cedo a evitar o desperdício e o uso adequado dos recursos.

Cada cidadão é responsável pelo descarte correto dos resíduos e existe infraestrutura pública de coleta quase universalizada. Isso é fundamental para destinar os materiais às respectivas cadeias produtivas, que reprocessam o material e reduzem a necessidade de extração de matérias-primas na natureza.

Sociedade circular

A reciclagem de lixo eletrônico é apenas um exemplo, mas o Japão possui várias ações significativas de circularidade. Foi o que Vinicius Saraceni, Diretor Geral do Movimento Circular, comprovou quando esteve no Japão entre os dias 6 e 19 de março. Na missão executiva, Vinícius teve a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre o modelo japonês e debater formas de cooperação em Economia Circular entre o Japão e a América Latina.

"O que aprendemos no Japão é como a participação das pessoas é importante na criação de uma sociedade circular. O Movimento Circular defende essa migração e, para isso, precisamos de um novo olhar que envolva mudanças comportamentais e sociais. Seja para criar um processo de economia circular que vai do mais simples ao mais complexo, o papel da sociedade é crucial."

As experiências de Vinícius no Japão serão compartilhadas no 'Congresso Internacional de Sustentabilidade para Pequenos Negócios – CICLOS', que acontece nos dias 24 e 25 de maio em Cuiabá (MT). O evento é realizado pelo Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS) de Mato Grosso e vai reunir empreendedores e especialistas para debater práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança), bioeconomia, desenvolvimento local, liderança e gestão sustentável.

De acordo com Vinicius, a migração para uma sociedade circular no Brasil depende do tripé formado por regulação, cultura e investimento. Por aqui, a criação de políticas públicas está no começo, mas começa a dar os primeiros passos. "Temos o Programa Nacional de Resíduos Sólidos, que trata de logística reversa. Com base nessa regulamentação, os estados estão criando regras próprias de logística reversa que estão dando impulso aos investimentos."

Em paralelo à atuação do Estado, é preciso trabalhar na questão cultural, reforça Vinícius. "Falta conhecimento e informação para que as pessoas possam mudar seu comportamento e se tornarem agentes de transformação rumo a uma sociedade circular."

Nesse sentido, cabe aos consumidores fazerem sua parte ao exigir comportamentos sustentáveis das empresas e compartilhar a importância da circularidade, reforça Vinícius. "O consumidor está mais consciente e criterioso. Ele quer ver coleta seletiva nos estabelecimentos, na porta de casa, por exemplo, e produtos fabricados com responsabilidade socioambiental."

A mudança de cultura foi o que tornou o Japão uma sociedade circular e que pode ser replicado no Brasil, observa Saraceni. "Quando o governo, sociedade e setor produtivo atuarem juntos e assumirem o seu papel, conseguiremos criar uma sociedade circular."

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Cerrado perde 1,1 milhão de hectares e supera desmatamento da Amazônia pela primeira vez

___ Em 2023, a supressão de vegetação nativa no bioma aumentou 68%, enquanto floresta amazônica registrou queda de 62%.

O desmatamento no Cerrado aumentou 68%, atingindo mais de 1,1 milhão de hectares em 2023 e superando, pela primeira vez, as perdas registradas na Amazônia. A área equivale a 61% de todo o desmatamento registrado no Brasil no ano passado e equivale a quase 2,4 vezes todo o desmatamento registrado na floresta amazônica. Os dados foram publicados nesta terça-feira (28) pelo RAD (Relatório Anual de Desmatamento) e produzidos por pesquisadores do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) na Rede MapBiomas.

Entre 2019 e 2023, foram 8,5 milhões de hectares de vegetação nativa desmatados no Brasil, sendo 52% na Amazônia e 39% no Cerrado. Apenas no ano passado, os dois biomas, que cobrem cerca de 73% do país, perderam juntos cerca de 1,5 milhões de hectares - 85% de todo o desmatamento mapeado em 2023. Na lista dos 50 municípios que mais perderam vegetação nativa, em 2023, 33 estão inseridos totalmente ou parcialmente no bioma Cerrado.

Apesar do aumento no Cerrado, o desmatamento total no Brasil registrou queda de 12% em 2023, passando de pouco mais de 2 milhões, em 2022, para 1,8 milhões de hectares, em 2023. Caatinga e Pantanal foram outros biomas que registraram aumentos, de 43% e 59%, respectivamente. Já Mata Atlântica e Pampa reduziram sua área desmatada em 60% e 50%.

"Combater o desmatamento no Cerrado se torna um desafio a mais em um contexto onde a legislação é permissiva no bioma. Por isso, precisamos ter mais transparência e controle sobre a questão da legalidade para que se possa aprimorar e desenhar políticas públicas e privadas, que acabem com o desmatamento ilegal e desincentive o desmatamento legal, visando um uso mais eficiente das áreas já desmatadas", alerta Ane Alencar, diretora de Ciência do IPAM.

O desmatamento no Cerrado também repetiu o mesmo perfil registrado nos anos anteriores - cerca de 65% de toda a área desmatada foi perdida em alertas de grande porte, com mais de 100 hectares. Foi no Cerrado que pesquisadores registraram o maior alerta de desmatamento de todo o Brasil: 6,6 mil hectares foram desmatados em uma única área, no município de Alto Parnaíba (MA). O município de Baixa Grande do Ribeiro (PI), por sua vez, teve o desmatamento mais veloz do Brasil, derrubando 944 hectares, o equivalente a 8 parques do Ibirapuera, em apenas 8 dias.

A agropecuária, através da abertura de áreas para pastagens e lavouras, foi o vetor de pressão de pelo menos 98% de toda a área desmatada no Cerrado. Além disso, as formações savânicas do bioma – caracterizadas por suas árvores tortuosas e grande presença de arbustos – sofreram 74% de todo o desmate.

Matopiba lidera o desmatamento

A fronteira do Matopiba – região composta pelo Tocantins e partes dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia – concentra 74% de todo o desmatamento no Cerrado, com 826.805 hectares abertos. Cerca de 47% de toda a vegetação nativa suprimida no Brasil, durante o ano de 2023, está concentrada no Matopiba. O desmatamento na região foi quase duas vezes maior do que o registrado em toda a Amazônia, que perdeu 454 mil hectares em 2023.

Além disso, todos os 10 municípios que mais desmataram no Cerrado, estão nessa região. São Desidério (BA), líder isolado do desmatamento em 2023, derrubou mais de 40 mil hectares de vegetação nativa - um aumento de 9% em relação a 2022. Balsas (MA), segundo colocado no ranking, aumentou seu desmatamento em 33%, chegando a mais de 37 mil hectares derrubados.

"A região do Matopiba abriga os Estados e municípios que são líderes do desmatamento no Cerrado e no Brasil, e que ocupam posições de destaque na produção de grãos, como soja e milho. Além disso, essa região

(Foto: Divulgação)

apresenta características climáticas, relevo e solo propícios para a atividade agropecuária. Isso, atrelado a investimentos econômicos na região e avanços tecnológicos que favorecem a produtividade, faz com que o Matopiba concentre grande parte do desmatamento do Cerrado e que seja uma das regiões mais desmatadas do Brasil", explica Roberta Rocha, pesquisadora do IPAM.

Estados e Municípios

Dos 13 Estados com áreas de Cerrado, 10 registraram aumento no desmatamento em 2023, sendo que Maranhão (111%), Tocantins (182%), Goiás (125%), Pará (270%) e Distrito Federal (613%) mais do que dobraram a área de vegetação perdida em comparação com 2022. Maranhão, Estado com o maior desmatamento registrado dentre todas as unidades da federação, e Tocantins, derrubaram cerca de 320 mil e 229 mil hectares de vegetação no Cerrado, respectivamente, totalizando 50% de tudo que foi suprimido no bioma no ano passado.

"A falta de fiscalização do desmatamento, além de poucas políticas e incentivos para conservação em áreas privadas favorece o desmatamento em todo o bioma, cuja vegetação nativa remanescente está majoritariamente localizada em áreas privadas, principalmente na região do MATOPIBA", destaca Júlia Shimbo, pesquisadora do IPAM.

Dos 1.422 municípios que possuem cobertura vegetal total ou parcialmente ocupada pelo Cerrado, 990 (70%) registraram pelo menos um alerta de desmatamento. São Desidério, no oeste baiano, que já havia liderado a lista dos municípios do Cerrado com maior área desmatada em 2022, foi o município brasileiro que mais desmatou em 2023: foram mais de 40.052 hectares derrubados em apenas um ano, um aumento de 9% em comparação com 2022.

Barão de Grajaú, um pequeno município de 19 mil habitantes no leste maranhense, registrou o maior aumento relativo de desmatamento no Cerrado. Foram 9.720 hectares derrubados em 2023, 1.266% a mais do que em 2022, quando 711 hectares de vegetação foram suprimidos. Sozinha, a área aberta em 2023 corresponde a 4% de toda a extensão do município, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O avanço do desmatamento no Cerrado também fez com que municípios que antes não figuravam entre os maiores desmatadores do bioma, entrassem na lista. Alto Parnaíba (MA), que desmatou mais de 29 mil hectares, com um aumento de 295% em relação a 2022; Rio Sono (TO), que aumentou seu desmatamento em 864%, ultrapassando 21 mil hectares; e Cocos (BA), onde a área devastada foi de mais que 20 mil hectares, com um aumento de 512%.

"A expansão do desmatamento para novas áreas com vegetação nativa remanescente no bioma gera diversos conflitos sociais e ambientais, com consequências negativas inclusive para o setor agropecuário, como o aumento da seca e escassez de água, o que pode ser ainda mais grave em um contexto de mudanças climáticas", aponta Fernanda Ribeiro, pesquisadora no IPAM.

Construção do Plano de Combate à Desertificação avança no Nordeste

___ Reunião encerrou seminários estaduais, que serão seguidos por discussões regionais

O MMA realizou em 20 e 21 de maio seminário em Crato, no Ceará (CE), para construção do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A reunião, que colheu contribuições da sociedade civil para a elaboração do plano, encerrou ciclo de seminários estaduais iniciado em março.

O evento reuniu representantes da academia, de movimentos e organizações sociais, da iniciativa privada e dos governos federal, estadual e de municípios. A abertura teve participação do prefeito José Ailton de Sousa Brasil e da secretária nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do MMA, Edel Moraes.

"Este território, o Cariri cearense, tem sido palco de vivência, de experiência, de ciência, de resistência. Vocês têm mostrado que tecnologias sociais de povos e comunidades tradicionais, como o programa Cisternas, podem se transformar em política pública", discursou a secretária, destacando a catástrofe climática que atinge o Rio Grande do Sul e a importância do debate sobre mudanças climáticas no território.

O diretor do Departamento de Combate à Desertificação do MMA, Alexandre Pires; a secretária de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará, Sandra Monteiro; o presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Eduardo Sávio, e lideranças sociais também participaram da abertura.

Os seminários estaduais serão seguidos por discussões nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. O objetivo dos debates é subsidiar a construção do Plano de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

O documento irá propor e planejar ações estratégicas de curto, médio e longo prazos para combater a desertificação, mitigar os efeitos da seca e prevenir e reverter os quadros de degradação da terra.

A conclusão do plano está

(Foto: Divulgação)

prevista para setembro. O documento será apresentado na Conferência das Partes (COP16) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, em dezembro, na cidade de Riad, na Arábia Saudita.

Histórico

Em 2004, o Governo Federal lançou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, marco fundamental para orientar políticas públicas. O plano teve papel essencial na criação dos Planos de Ação Estaduais (PAEs) e na formulação de políticas nos estados do semiárido. Apenas Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia não têm políticas estaduais de combate à desertificação criadas.

Em 2015, foi instituída a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca com a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNDC). Interrompida em 2016, a comissão foi retomada em 2024 por meio do Decreto nº 11.932.

Duas décadas após a construção do primeiro plano, o MMA iniciou em 2023 sua atualização, em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676